



ACADEMIA MILITAR

A influência militar da Inglaterra na crise de 1383-85 em Portugal

Autor: Aspirante de Infantaria Ricardo Corte-Real Pina Santos

Orientador: Tenente Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2014**



ACADEMIA MILITAR

A influência militar da Inglaterra na crise de 1383-85 em Portugal

Autor: Aspirante de Infantaria Ricardo Corte-Real Pina Santos

Orientador: Tenente Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, julho de 2014**

Dedicatória

Ao meu avô Diamantino, sentir-te-ias orgulhoso
aos meus pais e à minha irmã.

Agradecimentos

Para que uma obra com estas características seja criada, é necessário haver um querer muito grande do autor. Não menos importante tem o apoio externo que, tendo maior ou menor influência, desempenhou o seu papel no auxílio a esta árdua jornada.

As primeiras palavras são dirigidas para o meu orientador, Tenente-Coronel de Artilharia Pedro Marquês de Sousa, pela sua dedicação e compreensão. O constante apoio, disponibilidade e conselhos prestados foram elementos chave para a realização da presente obra. A criação de metas intermédias foi muito importante, na gestão do tempo e na preparação para o prazo final.

Seguidamente, uma palavra de apreço ao Diretor de Curso de Infantaria Tenente-Coronel de Infantaria Estevão da Silva, por todo o seu trabalho e dedicação para que não me desviasse do rumo certo.

Aos meus camaradas de curso, que constituíram a minha família ao longo destes cinco árduos anos de trabalho, por toda a amizade e companheirismo que sempre senti.

Aos meus amigos mais próximos por todo o apoio, carinho e motivação dada nos momentos mais difíceis.

Aos meus familiares, pelo apoio, carinho e disponibilidade constantes. Ao meu pai Armando Santos, pela preocupação e palavras de encorajamento, à minha mãe Maria José Santos, por todo o amor e à minha irmã Cláudia Santos pelo exemplo de empenho e dedicação e palavras amigas.

Por fim quero agradecer a todos aqueles que eu não mencionei mas que direta ou indiretamente me auxiliaram neste empreendimento.

A todos vós muito OBRIGADO!

Ricardo Santos

Resumo

O presente Trabalho de Investigação Aplicada, intitulado: “A Influência militar de Inglaterra na crise de 1383-85 em Portugal”, tem como principal objetivo identificar a importância do papel da nova escola militar Inglesa na crise em Portugal.

A identidade histórica de uma nação deve ser de conhecimento e orgulho de todos os seus habitantes. Procura-se, aqui, contribuir para o conhecimento da História militar de Portugal, fazendo um estudo da nova escola militar inglesa desde o seu surgimento e aplicações, até ao seu papel na crise de 1383-1385 em Portugal.

Este trabalho está estruturado em três partes. Na primeira encontra-se uma introdução que apresenta o relatório científico. Aqui são levantadas questões, hipóteses de resposta e objetivos de estudo. Numa segunda parte faz-se um levantamento documental e a consulta de diversas obras de literatura, fazendo análise de conteúdo. Na última parte, tiram-se as conclusões e confirma-se ou infirmam-se as hipóteses levantadas na primeira parte, respondendo igualmente às questões levantadas.

As questões central e derivadas foram desenvolvidas para responder à questão de partida e para atingir os objetivos propostos. Quanto à metodologia, procedeu-se a uma análise cronológica e comparativa de diversas obras.

No século XIV assistiu-se ao surgimento de uma nova escola militar sendo Inglaterra a sua principal impulsionadora. As lições que aprendeu ao longo dos seus conflitos levaram ao aperfeiçoamento de técnicas e táticas principalmente direcionadas para combater a escola militar Francesa, mais conservadora. Dos principais aspetos inovadores destacam-se: a valorização da infantaria contra a cavalaria, onde agora cerradas formações de homens apeados eram capazes de aguentar a poderosa carga de cavalaria. O estudo e a preparação do terreno, com a criação de obstáculos para retardar, desarticular e canalizar as forças inimigas. Por fim destaca-se o emprego de fogos em massa contra o inimigo na sua passagem pelos obstáculos. A influência desta nova escola militar permitiu a Portugal vencer diversos conflitos contra Castela que ameaçava a independência nacional. Em Aljubarrota o papel desta influência permitiu obter uma vitória contra um inimigo muito superior em homens e equipamentos.

Palavras-chave: Crise, Escola Militar, Inglaterra, Inovação, Portugal e Tática.

Abstract

The present Research, entitled: “The military Influence of England in Portugal’s crisis from 1383 to 1385”, has the main objective to identify the importance of the role of the new English military school in Portugal, during its crisis.

The historical identity of a nation should be known to all and considered the pride of all its inhabitants. This research aims to contribute to the knowledge of Portugal’s military history by studying the new English military school since its beginning and practices, until its role in Portugal’s crisis from 1383 to 1385.

This work is structured in three parts. The first part is an introduction that presents the scientific report. Here, questions are raised, hypotheses and objectives are studied. The second part makes a documentary survey, consultation of various literature works and contents are analyzed. In the third part, conclusions are drawn and confirmed, or ruled out the hypotheses raised, in the first part, responding also to issues raised.

The central issues and derivatives were developed to respond to the question in hand and to reach the objectives proposed. Chronological and comparative analyses, of various works, were the methodologies used.

In the 14th century a new military school emerged, being England its main driving force. The lessons learned, from its various conflicts, led to the improvement of techniques and tactics, mainly targeted to combat the French military school, which was more conservative. The main innovative aspects are: the enhancement of infantry against cavalry, where now closed formations of men were able to withstand the powerful cavalry charge, the study and the preparation of the battle field, with the creation of obstacles to delay, disrupt and channel enemy forces, and also, the use of fireworks in mass against the enemy, in their passage through the various obstacles. The influence of this new military school allowed Portugal to win various conflicts against Castela, which threatened national independence. In Aljubarrota, the role of this military influence allowed Portugal to obtain a victory against an enemy vastly superior in men and equipment.

Key words: Crisis, Military School, England, Innovation, Portugal and Tactics.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Figuras	x
Índice de Quadros.....	xii
Lista de Apêndices e Anexos.....	xiii
Lista de Abreviaturas e Siglas	xiv
Capítulo 1 Introdução	1
1.1. Introdução	1
1.2. Tema a Investigar: Escolha, Formulação e Justificação	1
1.3. Questão de Partida e Questões Derivadas	4
1.4. Hipóteses de Investigação.....	4
1.5. Objetivos de Estudo	5
1.6. Metodologia.....	6
1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada.....	6
Capítulo 2 Revisão de Literatura	8
Capítulo 3 Antecedentes: O Reinado de D. Fernando e a	
Aliança com Inglaterra em 1373	10

3.1. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) pela Europa.....	10
3.2. A Guerra Civil de Castela (1366-1369).....	11
3.3. As Guerras Fernandinas.....	13
3.3.1. A Primeira Guerra Fernandina (1369-1371).....	13
3.3.2. A Segunda Guerra Fernandina (1372-1373).....	16
3.3.3. A Última Tentativa de D. Fernando (1381-1382).....	17
3.4. A Aliança Inglesa	20
3.5. Reformas Militares de D. Fernando.....	21
3.6. A Crise em Portugal.....	23
 Capítulo 4 A Nova Escola Militar Inglesa	26
4.1. O Exército Português antes da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)	26
4.2. A Guerra Anglo-Escocesa (1296-1357)	27
4.3. A Tática defensiva e Preparação do terreno	28
4.4. A Valorização da Tropa Apeada.....	29
4.5. O Arco Longo	30
4.6. O Dispositivo das Forças	32
 Capítulo 5 A Atividade Militar em Portugal Durante a Crise de 1383-1385	34
5.1. O Desenrolar da Crise.....	34
5.2. A Batalha de Atoleiros.....	36
5.3. D. João I Rei de Portugal	36
 Capítulo 6 Aljubarrota 1385.....	38
6.1. Aljubarrota Segundo João Gouveia Monteiro	38
6.2. A Organização do Terreno.....	38
6.2.1. Obstáculos Naturais	38

6.2.2. Abatises.....	40
6.2.3. Fossos e Valas.....	41
6.2.4. Covas-de-Lobo	42
6.3. Configuração e Objetivos	42
6.4. Viabilidade.....	44
6.5. O “Corredor da Morte” ou o “Efeito de Funil”	45
6.6. O Poderio dos Dois Exércitos	45
6.7. O Armamento Utilizado em Batalha	46
6.7.1. Armamento/Equipamento Defensivo	46
6.7.2. Armamento/Equipamento Ofensivo	47
6.8. O Ataque Franco-Castelhano.....	48
 Capítulo 7 Conclusões e Recomendações	50
7.1. Introdução	50
7.2. Verificação das Hipóteses e Questões Derivadas	50
7.3. Resposta à Questão de Partida e Reflexões Finais	53
7.4. Recomendações	54
7.5. Limitações da Investigação.....	54
7.6. Propostas de Investigações Subsequentes	55
 Bibliografia.....	56
 Apêndices.....	a
Apêndice A: Dados da Batalha de Stirling Bridge (1297)	b
Apêndice B: Dados da Batalha de Falkirk (1298)	b
Apêndice C: Dados da Batalha de Bannockburn (1314)	c
Apêndice D: Dados da Batalha de Crécy (1346)	d

Apêndice E: Dados da Batalha de Poitiers (1356).....	d
Apêndice F: Dados da Batalha de Nájera (1367)	e
Apêndice G: Dados da Batalha de Aljubarrota (1385).....	f
Anexos	A
Anexo A: Antecedentes na Europa e em Portugal.....	B
Anexo B: Aljubarrota Movimentos & Campo de Batalha.....	G
Anexo C: Escavações de obstáculos	K
Anexo D: Equipamentos Ofensivos e Defensivos	L
Anexo E: Esquemas de Batalhas	N

Índice de Figuras

Figura n.º 1 – A Primeira Guerra Fernandina	B
Figura n.º 2 – A Segunda Guerra Fernandina	C
Figura n.º 3 – A Terceira Guerra Fernandina.....	D
Figura n.º 4 – Os territórios Ingleses em França	E
Figura n.º 5 – A Família Real Inglesa	F
Figura n.º 6 – A Família Real Francesa	F
Figura n.º 7 – A Guerra entre Portugal e Castela 1384-1385.....	G
Figura n.º 8 – As fases da Batalha.....	H
Figura n.º 9 – As Manobras preparatórias no Campo de Batalha	I
Figura n.º 10 – Mapa de Distâncias a Partir de São Jorge	J
Figura n.º 11 – Aspeto das Escavações das Valas em Aljubarrota	K
Figura n.º 12 – Aspeto das Escavações das Covas.....	K
Figura n.º 13 – Braçal.....	L
Figura n.º 14 – Bacinete com Camal.....	L
Figura n.º 15 – Diferentes Armas de Haste	M
Figura n.º 16 – O Arqueiro de Arco Longo.....	M
Figura n.º 17 – Stirling Bridge – O Avanço da Vanguarda Inglesa	N
Figura n.º 18 – Stirling Bridge – O Ataque Escocês	O
Figura n.º 19 – A Batalha de Falkirk.....	P
Figura n.º 20 – A Batalha de Bannockburn – Primeira Fase.....	Q
Figura n.º 21 – A Batalha de Bannockburn – O Ataque Escocês	R
Figura n.º 22 – A Batalha de Bannockburn – O Colapso do Exército Inglês	S
Figura n.º 23 – A Batalha Crécy –Posições Iniciais.....	T
Figura n.º 24 – A Batalha de Crécy - Ações Iniciais.....	U
Figura n.º 25 – A Batalha de Crécy – Ataque Francês Subsequente e Contra-ataque Inglês.....	V
Figura n.º 26 – A Batalha de Poitiers – As Cargas Francesas.....	W
Figura n.º 27 – A Batalha de Poitiers – Ataque do Principal Corpo Francês.....	X
Figura n.º 28 – A Batalha de Poitiers – O Contra-ataque Inglês.....	Y

Figura n.º 29 – A Batalha de Nájera.....	Z
--	---

Índice de Quadros

Quadro n.º 1 – Dados da Batalha de Stirling Bridge (1297)	b
Quadro n.º 2 – Dados da Batalha de Falkirk (1298)	b
Quadro n.º 3 – Dados da Batalha de Bannockburn (1314)	c
Quadro n.º 4 – Dados da Batalha de Crécy (1346)	d
Quadro n.º 5 – Dados da Batalha de Poitiers (1356).....	d
Quadro n.º 6 – Dados da Batalha de Nájera (1367)	e
Quadro n.º 7 – Dados da batalha de Aljubarrota (1385)	f

Lista de Apêndices e Anexos

Apêndices	a
Apêndice A: Dados da Batalha de Stirling Bridge (1297)	b
Apêndice B: Dados da Batalha de Falkirk (1298)	b
Apêndice C: Dados da Batalha de Bannockburn (1314)	c
Apêndice D: Dados da Batalha de Crécy (1346)	d
Apêndice E: Dados da Batalha de Poitiers (1356)	d
Apêndice F: Dados da Batalha de Nájera (1367)	e
Apêndice G: Dados da Batalha de Aljubarrota (1385)	f
 Anexos	 A
Anexo A: Antecedentes na Europa e em Portugal.....	B
Anexo B: Aljubarrota Movimentos & Campo de Batalha.....	G
Anexo C: Escavações de obstáculos	K
Anexo D: Equipamentos Ofensivos e Defensivos	L
Anexo E: Esquemas de Batalhas	N

Lista de Abreviaturas e Siglas

AM	Academia Militar
Cap.	Capítulo
Doc.	Documento
H	Hipótese
n.º	Número
p.	Página
pp.	Páginas
QD	Questão Derivada
TIA	Trabalho de Investigação Aplicado
VS	<i>Versus</i>

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) enquadra-se no Tirocínio para Oficial de Infantaria, tendo como objetivo dotar os alunos de uma formação científica baseada na competência de pesquisa e investigação. Vem culminar com um processo de formação de cerca de cinco anos, com vista à obtenção do grau de mestre, em ciências militares na especialidade de Infantaria, ministrado pelo estabelecimento de Ensino Superior Público Universitário Militar, a Academia Militar (AM).

Este trabalho tem como tema “*A influência militar da Inglaterra na crise de 1383-1385 em Portugal*”, que pretende abordar toda a envolvente que levou à vitória, nos campos de Aljubarrota. Pretendo justificar de onde surgiram todos os elementos inovadores que caracterizaram a nova escola militar inglesa e de que modo se refletiu em Portugal. Inicialmente, iremos abordar toda a envolvente que levou à origem da crise Portuguesa de 1383-1385, ao mesmo tempo que retratamos as principais batalhas onde os ingleses tenham aplicado e aprendido novas lições. No final iremos, então, direcionar todos esses elementos para a “nossa batalha” e a forma como estes foram absorvidos pelos portugueses para poderem ser aplicados.

1.2. Tema a Investigar: Escolha, Formulação e Justificação

Desde o início dos primeiros conflitos existentes na humanidade, sempre houve uma busca incessante pela vantagem de uma força sobre a outra. Quando o engenho e a mente se sobrepunham ao puro poder bélico, arrancando a vitória certa das garras do inimigo, surge um momento de proporções que marca a história de qualquer nação. A batalha de Aljubarrota foi, de longe, o evento militar que mais me fascinou quer pela sua natureza militar, numa vitória de David sobre Golias, quer pela sua importância histórica

para Portugal. A sua afirmação política perante Castela e o resto do Mundo permitiu à dinastia do Mestre de Avis abrir portas para aquele que seria um dos períodos mais prósperos na história de Portugal: o período dos Descobrimentos. Este conflito foi igualmente uma aplicação exata do que se passava há já alguns anos pela Europa, na Guerra dos Cem Anos. Foi um exemplo das novas transformações militares que estavam a decorrer, tendo Inglaterra como sua principal impulsionadora. A Inglaterra criava uma nova escola militar.

Neste atribulado século XIV, podemos destacar algumas “novidades” da atividade militar, como sendo a valorização da tropa apeada contra a tradicional carga de cavalaria, que até então tinha sido a base de resolução de muitos conflitos. Podemos retirar ensinamentos das guerras anglo-escocesas (1296-1357), onde inicialmente, os ingleses tiveram grandes dissabores ao empenhar a sua cavalaria contra as formações cerradas que piqueiros escoceses. Um exemplo claro dessa ocorrência foi a batalha de Bannockburn (1314).

Mais tarde, já no contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a França pode sentir essa dificuldade ao avançar a sua cavalaria contra as formações de infantaria inglesas, que já tinham aprendido a lição. Poderemos neste caso falar do confronto de Crécy (1346). A organização do terreno foi elemento chave na resolução de alguns conflitos que opunha forças com potencial de combate díspar. Poderemos mencionar novamente, o conflito anglo-escocês e, mais especificamente, a batalha acima referenciada, onde foram utilizadas umas covas muito ao género das, por nós conhecidas como covas-de-lobo. Estas tinham como objetivo quebrar a carga da cavalaria Inglesa. De grande influência neste conflito foi também a escolha prévia da posição apoiada em linhas de água com o seu efeito canalizador e de obstáculo.

Na Guerra dos Cem Anos (1337-1453) assistimos novamente à utilização dessas pequenas covas escavadas no solo. Podemos evocar novamente o confronto de Crécy (1346). O emprego em massa de fogos neurobalísticos¹ foi algo utilizado pelos ingleses na batalha de Falkirk (1298), onde os arqueiros ingleses, equipados com o famoso arco longo, desfizeram por completo as fileiras das cerradas formações de piqueiros escoceses conhecidas como “schiltrons²”. Esse emprego de fogos combinado com os obstáculos

¹ Dispositivos e tecnologias de tiro cujas forças propulsoras são resultantes de elementos de flexão ou torção.

² Schiltrum or schiltron, significava uma muralha de escudos, e é habitualmente usada para descrever formações geralmente em formas circulares ou círculos ociosos de piqueiros escoceses.

naturais³ e com os obstáculos artificiais,⁴ no contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) pode ser evidenciado novamente na batalha de Crécy (1346).

Esta batalha, que irá ser abordada em pormenor mais à frente, foi um exemplo bastante claro do choque da escola clássica francesa com a nova escola militar inglesa. Daí servir de exemplo para a maioria dos aspetos de relevo dessa nova escola.

Quanto à delimitação temporal, este trabalho irá abordar muito especificamente a segunda metade do século XIV, no conflito de Portugal de 1383-85. Neste período iremos abordar a chegada da influência Inglesa a território nacional, a sua integração e posterior aplicação em Aljubarrota. Tratar-se-á de falar de acontecimentos anteriores mas, isso servirá o único propósito de justificar e enquadrar os acontecimentos no período mencionado acima.

Quanto à delimitação espacial, abordar-se-á um conflito muito próprio pelo que se centrará no território nacional e nos acontecimentos que aí ocorreram. Ao longo do estudo, à semelhança da limitação temporal, iremos abordar alguns aspetos ocorridos na Europa, em especial Espanha, França, Escócia e Inglaterra, contudo estes servirão igualmente para enquadrar, justificar ou simplesmente auxiliar a perceção dos acontecimentos ocorridos em Portugal.

O estudo desta obra centra-se no domínio da tática inovadora dos Ingleses. Especificamente no processo de aprendizagem, desenvolvimento e por fim aplicação da mesma. Aborda, também, a evolução da tática Portuguesa, tendo por base a inglesa, por oposição à castelhana, influenciada pela francesa, esta por sua vez mais clássica e conservadora.

O tema foi escolhido pela oportunidade de estudo no domínio da história militar, abordando a área da tática e da organização militar. Sempre foi de interesse pessoal o estudo de conflitos bélicos da idade média. A batalha de Aljubarrota surge para mim como uma das mais importantes vitórias do século XIV, quer a nível de engenho militar, quer pela sua importância de defesa da independência do reino e, também, pelo período que possibilitou que existisse. Os Descobrimentos foram, de longe, um dos períodos mais marcantes da história Portuguesa, onde o nosso nome de “heróis do mar” foi elevado ao mais alto nível.

O desfecho desta nossa crise deve-se em grande parte ao papel da influência da nova escola militar inglesa, sem a qual muito dificilmente teriam obtido vitórias, nos

³ Já presentes na natureza, não precisam de ação do Homem.

⁴ Obstáculos que para o ser precisam de ação direta do Homem.

principais confrontos, em território nacional contra os castelhanos. Um dos principais confrontos foi em Aljubarrota, onde o potencial de combate das forças franco-castelhanas era muito superior às forças anglo-lusas.

1.3. Questão de Partida e Questões Derivadas

Neste trabalho pretende-se responder à seguinte questão principal: “De que forma se manifestou em Portugal, durante a crise de 1383-85, a influência das inovações militares inglesas?”. Para o desenvolvimento desta questão central iremos considerar as seguintes questões derivadas cujo tratamento facilitará o processo:

Questão derivada n.º 1- Como surgiu e se desenvolveu a aliança anglo-lusa?

Questão derivada n.º 2- Quais foram as inovações táticas apresentadas pela escola Inglesa no período em estudo?

Questão derivada n.º 3- Quais foram as inovações de equipamentos apresentadas pela escola Inglesa no período em estudo?

Questão derivada n.º 4- Como se processou e concretizou o apoio militar de Inglaterra em Portugal durante a crise?

Questão derivada n.º 5- Como se observa a expressão das inovações militares Inglesas na batalha de Aljubarrota?

1.4. Hipóteses de Investigação

Uma investigação deve sempre seguir um veio condutor. Este assume a forma de questões central e derivadas, que guiam o trabalho ao longo do seu desenvolvimento. Quando são elaboradas as questões acima mencionadas, surgem sempre hipóteses de investigação que o investigador supõe que dão resposta, a algumas questões base do trabalho. As hipóteses são temporárias e provisórias. Estas devem ser mencionadas e servirão, também, para organizar e conduzir com rigor todo o processo de investigação.

No final do trabalho, as hipóteses formuladas irão ser confirmadas ou infirmadas tendo por base toda a investigação feita, conhecimento adquirido e as conclusões a que se chegou.

Tendo em consideração as problemáticas a trabalhar, as questões central e derivadas, elaboraram-se as seguintes hipóteses iniciais. São então elas:

Hipótese n.º 1 – O inovador sistema tático Inglês tinha como principal elemento a utilização da tropa a pé contra a cavalaria;

Hipótese n.º 2 – O inovador sistema Inglês de relevo apresentou o arco longo;

Hipótese n.º 3 – O apoio de Inglaterra em Portugal fez-se não só pelo envio de homens para fazer a guerra como também de patentes mais altas para auxiliar e aconselhar o Comando Português;

Hipótese n.º 4 – Durante a crise de 1383-1385, podemos observar a influência militar Inglesa através da atitude e disposição das forças com carácter defensivo.

1.5. Objetivos de Estudo

A principal intenção de um projeto vem explanada sobre a forma de objetivos. Esta investigação tem como principal objetivo caracterizar como decorreu o período de grandes transformações e identificar as inovações da atividade militar, sentidas em Portugal, no período da guerra de 1384-85, entre Portugal e Castela, e os seus respetivos aliados Inglaterra e França, estes, que encontravam-se em plena Guerra dos Cem Anos.

A fim de pormenorizar e detalhar mais a investigação e de definir melhor as competências e conhecimentos que devem ser adquiridos ao longo da mesma, são levantados os seguintes objetivos específicos:

Objetivo específico n.º 1 - Descrever o processo de formação e consolidação da nova escola militar Inglesa;

Objetivo específico n.º 2 - Descrever os conflitos que foram decisivos no desenvolvimento da nova escola militar Inglesa;

Objetivo específico n.º 3 - Descrever como é que a nova escola militar Inglesa se manifestou em Portugal no período da crise de 1383-85;

Objetivo específico n.º 4 - Identificar em pormenor as inovações da nova escola Inglesa aplicadas na batalha de Aljubarrota (1385) e qual o seu papel para o resultado final do conflito.

1.6. Metodologia

Esta investigação teve em consideração as normas para a redação do relatório Científico final do TIA, que podemos encontrar nas normas de execução para a elaboração dos Trabalhos da AM (2013). Paralelamente e para auxílio na revisão estrutural do trabalho, foi tido como referencia o livro *Metodologia Científica para a Elaboração Escrita e apresentação de Teses*, escrito pela Professora Doutora Manuela Sarmento.

A realização deste trabalho tem por base o uso do método de investigação histórica. Este método compreende a análise e tratamento dos elementos em estudo segundo uma ordem cronológica. Aqui pretende-se estudar segundo uma cronologia, os acontecimentos que levaram à formação da nova escola militar Inglesa com culminar na sua aplicação na Batalha de Aljubarrota.

Baseado numa abordagem diacrónica⁵, pretende-se analisar a evolução da atividade militar, ao nível da organização, equipamentos e da tática durante o século XIV, através de diversos momentos e espaços dentro da região e dos limites temporais definidos, conjugada com a investigação numa lógica sincrónica⁶, tendo em consideração as variáveis acima mencionadas, através da análise de conteúdo de fontes textuais e iconográficas⁷.

Irá ser realizada uma investigação comparativa, por exemplo, entre as duas escolas militares de referência nesta época, a Inglesa e a Francesa, considerando a necessidade de enquadrar este período no âmbito do panorama geral da época, numa atitude epistemológica⁸ baseada na construção de hipóteses. Será feita uma aproximação analítica que permita fazer uma explicação narrativa, capaz de reconstruir a realidade da atividade militar em Portugal durante o período 1383-85.

1.7. Estrutura do Trabalho de Investigação Aplicada

Este trabalho é composto por 7 capítulos. Inicialmente surge o primeiro capítulo com a presente introdução, onde ficará explanada a escolha, formulação e justificação do tema, a exposição das questões central e derivadas, a exposição das hipóteses de

⁵ “Diaconia implica a investigação através – ou ao longo – de um tempo dado, isto é, longitudinal” (Mendes, 1987, p. 161).

⁶ “Sincronia pressupõe investigação num determinado tempo curto, ou seja, transversal ou em corte” (Berkhofer *apud* Mendes, 1987, p. 161).

⁷ Recorre ao uso de imagens.

⁸ Da Epistemologia: trata da natureza, das origens e da validade do conhecimento.

investigação levantadas, a exposição dos objetivos de estudo, a Metodologia e a estrutura do trabalho. No segundo capítulo teremos a Revisão da Literatura onde serão expostas as principais obras e o que é que estas vieram trazer para a elaboração do trabalho.

Como terceiro capítulo, temos os Antecedentes: O reinado de D. Fernando e a aliança com Inglaterra em 1373, onde se falará de alguns elementos tais como dos períodos do reinado de D. Fernando e da origem da crise de 1383-1385, da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), da Guerra civil de Castela (1366-69), da ligação existente com Inglaterra, das reformas militares em desenvolvimento e aplicação naquela altura do tratado de Westminster (1373) e das Guerras Fernandinas com Castela (1369-82) e a sua relação com a dualidade de lados existentes na Europa.

No quarto capítulo, intitulado de “A Nova escola Militar Inglesa”, iremos focar, essencialmente, o desenvolvimento desta nova escola militar, por este país que, nesse período, esteve altamente empenhado militarmente e, em vários palcos, contra diferentes inimigos, que lhe permitiu aprender algumas lições valiosas para o seu futuro próximo. Lições, estas nem sempre aprendidas da melhor maneira. Ir-se-á então falar sobre a guerra anglo-escocesa (1296-1357), as especificações técnicas de evolução, tais como na área do armamento e proteção, falar especificamente sobre o arco longo, sobre a importância da preparação do terreno, do novo papel da infantaria apeada versus a cavalaria, elemento chave das batalhas da época até então, e, em específico, sobre a batalha de Crécy (1346), entre outras, de onde podemos extrair valiosos exemplos de aprendizagem.

O quinto capítulo denominado de “A atividade militar em Portugal durante a crise de 1383-1385”, abordará uma primeira fase do papel dos ingleses em Portugal. Uma segunda fase da influência dos ingleses ficará trabalhada no capítulo seguinte, no sexto, intitulado de “Aljubarrota 1385” onde poderemos analisar a aplicação de todas as lições aprendidas pela nova escola militar Inglesa.

Por fim culminaremos o trabalho com o sétimo capítulo, este relativo às conclusões e recomendações. Aqui trataremos de realizar a verificação das hipóteses e das questões derivadas, responder à questão de partida e tecer algumas considerações relativamente a algumas recomendações e propostas de investigação futura bem como fazer menção às principais limitações sentidas durante a realização do trabalho.

Capítulo 2

Revisão de Literatura

Este trabalho tem como objetivo estudar os principais elementos que levaram ao surgimento desta nova escola militar e o efeito que tiveram na crise em Portugal, em particular na batalha de Aljubarrota.

Não poderíamos estudar este tema sem entrar em contacto com obras inglesas. Na reconhecida editora inglesa Osprey, especializada em obras de história militar, encontrei inúmeras obras de interesse para o estudo do nosso trabalho, de entre as quais podemos destacar as seguintes:

-“Stirling Bridge & Falkirk 1297-98”⁹ e “Bannockburn 1314”¹⁰, ambos da autoria de Pete Armstrong que, no contexto das guerras anglo-escocesas (1296-1357), retratam conflitos em específico onde são relatadas algumas lições que o exército inglês aprendeu quer por experiências positivas quer negativas. Alguns aspetos como a valorização da infantaria contra a cavalaria, preparação do terreno e aplicação de fogos em massa podem já ser observados. Aqui os Ingleses retiraram ensinamentos que aplicaram no contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) contra os franceses.

-“Crécy 1346”¹¹ e “Poitiers 1356”¹², ambos da autoria de David Nicolle, enquadram-se no contexto acima mencionado da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), e retratam conflitos específicos onde se podem observar a aplicação dos princípios inovadores dos ingleses contra a escola militar francesa, mais clássica e conservadora, ainda dando supremacia à carga de cavalaria para a resolução rápida dos seus conflitos.

-“The Hundred Year’s War”¹³, da autoria de Anne Curry, e “European Medieval Tactics (2)”¹⁴, da autoria de David Nicolle. A primeira obra retrata de uma maneira geral todo o conflito entre a Inglaterra e a França. Aqui assistimos ao choque entre as duas

⁹ Armstrong, Pete (2003) *Stirling Bridge & Falkirk 1297-98 William Wallace’s rebellion*, Osprey Publishing, Ltd.

¹⁰ Armstrong, Pete (2002) *Bannockburn 1314 Robert Bruce’s great victory*. Osprey Publishing, Ltd

¹¹ Nicolle, David (2000) *Crécy 1346 Triumph of the Longbow*, Osprey Publishing, Ltd.

¹² Nicolle, David (2004) *Poitiers 1356 The capture of a king*, Osprey Publishing, Ltd.

¹³ Curry, Anne (2002) *The Hundred Years’ War*, Osprey Publishing, Ltd.

¹⁴ Nicolle, David (2012) *European Medieval Tactics (2) New Infantry, New Weapons 1260-1500*, Osprey Publishing Ltd.

escolas militares, bem díspares. A segunda aborda de uma maneira geral, entre os anos de 1260-1500, alguns conflitos que tenham ocorrido e as táticas aplicadas.

-“The Portuguese in the Age of Discovery c. 1340-1665”¹⁵, da autoria de David Nicolle, aborda mais em específico o exército Português, como este era antes da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a aliança com Inglaterra e alguns aspetos relacionados com a sua organização.

-“English Longbowman 1330-1515”¹⁶, da autoria de Clive Bartlett, e “The Longbow”¹⁷, da autoria de Mike Loades, são duas obras que tratam especificamente o arco longo. Esta arma é bem característica do exército Inglês com um papel fundamental na aplicação dos fogos em massa, uma das características inovadoras da escola militar inglesa.

Relativamente a obras nacionais são de relevo especial as seguintes:

-“Nova História Militar de Portugal”¹⁸, da autoria de Gouveia Monteiro, Jorge Barroca e Miguel Duarte, e “Aljubarrota 600 anos”¹⁹ da autoria de diversos autores de entre os quais José Hermano Saraiva e Joaquim Veríssimo Serrão. Estas obras foram chave na abordagem ao período dos antecedentes da crise de 1383-85, alguns aspetos sobre a organização militar de Portugal na altura e também a batalha de Aljubarrota (1385).

-“Aljubarrota Revisitada”²⁰, da autoria de Gouveia Monteiro, foi a obra base para o estudo pormenorizado da batalha de Aljubarrota onde podemos observar a aplicação da nova escola inglesa em todos os seus aspetos inovadores. O autor desta obra é um reconhecido professor da Universidade de Coimbra onde ministra sobre história medieval europeia e história militar antiga e medieval. Até aos dias de hoje conta com mais de 90 trabalhos científicos de entre os quais 10 livros.

¹⁵ Nicolle, David (2012) *The Portuguese in the Age of Discovery c. 1340-1665*, Osprey Publishing, Ltd.

¹⁶ Bartlett, Clive (1995) *English Longbowman 1330-1515*, Osprey Publishing, Ltd

¹⁷ Loades, Mike (2013) *The Longbow*, Osprey Publishing, Ltd.

¹⁸ Barroca, Mário & Duarte, Luís & Monteiro, João (2003) *Nova História Militar de Portugal volume I*, Circulo de Leitores.

¹⁹ Serrão, Joaquim Veríssimo (1985) *Aljubarrota 600 Anos*, Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

²⁰ Monteiro, João Gouveia et al. (2001) *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade

Capítulo 3

Antecedentes: O Reinado de D. Fernando e a Aliança com Inglaterra em 1373

3.1. A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) pela Europa

“Não entenderemos Aljubarrota se não tentarmos a sua inserção nos quadros do grande Cisma do Ocidente, da Guerra dos Cem Anos e da guerra civil de Castela do século XIV”. (Martinez, 1985).

Guerra dos Cem Anos foi um termo criado em meados do século XIX para se referir ao conflito entre a Inglaterra e a França. Na realidade este conflito durou 116 anos, desde 1337 até 1453. Estes dois países já tinham estado em guerra em ocasiões anteriores essencialmente devido aos seus líderes que tinham uma mentalidade muito virada para a conquista e a posse de território. Inglaterra possuía territórios em França.²¹ “Os reis de Inglaterra eram duques de Aquitânia, uma importante área do sudoeste de França de onde era extraído a maioria do vinho Inglês.”²² (Curry, 2002). “Existia um insanável diferendo feudal resultante da repugnância dos monarcas ingleses²³ em prestar homenagem vassálica aos reis de França²⁴ pelos territórios que possuíam neste reino.” (Monteiro, 2003).

O que deu início a este conflito em 1337 foi uma pretensão ao trono Francês por parte de Inglaterra. “Uma questão dinástica esteve diretamente ligada ao seu reacendimento: perante a morte de Carlos IV-o-Belo sem descendência própria, os “Grandes” do reino de França concederam a Coroa a um seu sobrinho, Filipe VI de Valois, afastando com isso da corrida à sucessão Eduardo III de Inglaterra, cuja mãe era filha de Filipe IV o Belo.”²⁵ (Monteiro, 2003).

Esta guerra foi em grande escala não só pelo tempo que durou mas também pela quantidade de locais onde se deram os confrontos e pela enorme quantidade de homens de

²¹ Vide Anexo A, Figura n.º 4.

²² Tradução livre do autor.

²³ Vide Anexo A, Figura n.º 5.

²⁴ Vide Anexo A, Figura n.º 6.

²⁵ Pai de Carlos IV.

diferentes nacionalidade que envolveu. “Para além de França e Inglaterra, confrontos deram-se na Escócia, países Baixos e Espanha. Sendo assim, em contexto diplomático, é possível afirmar-se que a Guerra dos Cem Anos foi a primeira guerra pan-Europeia²⁶.”²⁷ (Curry, 2002).

A Guerra dos Cem Anos (1337-1453) começou com uma série de pequenos confrontos em especial de assédio e devastação em pequena escala, dos franceses nos territórios Ingleses, quer em França quer em Inglaterra. A guerra foi levada até território inglês porque estes ainda não tinham conseguido erguer uma armada apropriada a evitar tais conflitos. “Embora os Ingleses tenham tentado criar uma armada contra tais incursões, os Franceses foram capazes de lançar um forte ataque a Southampton a 5 de outubro de 1338.” (Curry, 2002). Nos anos seguintes Inglaterra conseguiu o apoio dos Países Baixos e reuniu as suas forças levando-as para Antuérpia²⁸. Tal ação levou à reunião de forças pela França em antecipação à invasão que se previa. A partir destas ações assistimos a inúmeros confrontos ao longo dos anos, com períodos mais acesos e outros mais calmos. De salientar Crécy (1346) e Poitiers (1356) que terão particular relevo e serão abordadas mais em profundidade ao longo do trabalho.

A guerra prosseguiu ao longo dos anos e com o avançar dos mesmos perde-se o interesse para esta investigação. Em jeito de conclusão da Guerra dos Cem Anos (1337-1453) esta culminou com a derrota Inglesa e a conquista de todos os territórios franceses por parte da França. Nenhum tratado foi elaborado para formalizar o seu fim.

3.2. A Guerra Civil de Castela (1366-1369)

A guerra civil de Castela (1366-1369) pode ser perfeitamente enquadrada na Guerra dos Cem Anos (1337-1453). “Porque os franceses, desejosos de abrir uma nova frente nos Pirenéus, daí visando os territórios britânicos da Aquitânia, apoiaram Henrique. E a Inglaterra, para evitar a criação de tal frente, ou aliviar as pressões que através dela se exercessem sobre os seus senhorios das Vascongadas e da Girona, fez causa comum com D. Pedro, dito o «cruel».” (Martinez, 1985).

²⁶ Relativo a todas as nações europeias.

²⁷ Tradução livre do autor.

²⁸ Segunda maior cidade da Bélgica.

Foi uma disputa pelo trono por parte do rei Pedro e o seu irmão ilegítimo Henrique de Trastâmara. O rei Pedro não era muito afamado no seio da sua própria nobreza. No seu reinado acabou por entrar em guerra contra Aragão, com responsabilidade de Henrique Trastâmara. “Pedro IV de Aragão (1336-1387) ofereceu o seu auxílio a Henrique a troca de um sexto do seu reino.”²⁹ (Guille, 2010). Esta ficou conhecida como a guerra dos Dois Pedros. Henrique, seu irmão ilegítimo, que vivia em território francês, obteve rapidamente apoio da nobreza do reino de Castela, apoio político e principalmente militar de França e também o apoio da Igreja que pretendia sempre evitar conflitos internos entre países cristãos. Deste modo em 1366, liderando um grande exército com soldados franceses aragoneses e alguns mercenários ingleses, depôs o seu irmão como rei de Castela, Leão, Toledo e Sevilha.

Pedro acabou por fugir e se refugiar em Baiona, uma cidade sob o domínio inglês. Aqui, ele pediu auxílio a Eduardo, o Príncipe Negro. Em troca ficava a promessa de territórios em Castela. D. Pedro, com as tropas inglesas lideradas pelo Príncipe Negro, reassumiram o trono em 1367. Na batalha de Nájera, a 3 de abril de 1367, as forças de D. Pedro com o auxílio dos ingleses venceram as forças de D. Henrique apoiadas pelos franceses, e levaram a que este último fosse forçado a regressar a França. Em termos de conflitos esta batalha foi a principal. Foi uma batalha bastante celebrada porque para além das ações no campo de batalha foi também “um imenso feito logístico por ter feito passar um exército pelos Pirenéus” (Curry, 2002). Ao longo deste conflito a posição de Portugal variou. “Quando parecia já decidida a favor de Henrique de Trastâmara, D. Fernando I de Portugal com ele celebrou um tratado; entretanto, um mais decidido reforço militar inglês deu nova vitória ao rei Pedro, de quem Portugal outra vez se aproximou.” (Martinez, 1985). Assistimos aqui a uma mudança de lados por parte de Portugal.

D. Pedro acabaria por não cumprir a sua parte do tratado com os ingleses e acabaria por ser abandonado pelos mesmos. No ano seguinte, em 1368, Henrique assinaria o tratado de Toledo, com Carlos V da França, onde se comprometia a emprestar uma frota no golfo da Biscaia, em troca do auxílio francês para fazer vingar a sua vontade de recuperar o trono de Castela. Henrique reentrou em Castela e assassinou Pedro na batalha de Montiel (1369). “Pedro refugiou-se no castelo da vila, que foi rodeado pelas tropas inimigas. A sua fuga foi planeada e, confiando no auxílio do cavaleiro Mens Rodríguez de Sanabria foi ter à sua tenda numa noite, mas então, entrou o seu irmão e compreendeu que tinha sido traído”

²⁹ Tradução livre do autor.

(Guille, 2010). Foi aclamado Henrique II. Castela tornou-se desde então um grande aliado de França. Este foi o primeiro momento onde podemos assistir a uma Castela apoiada por França que se opuseram a D. Pedro que era apoiado por Inglaterra e Portugal. Estas alianças ainda se iriam confrontar nos anos seguintes.

3.3. As Guerras Fernandinas

3.3.1. A Primeira Guerra Fernandina (1369-1371)

O reinado de D. Pedro fora calmo no que toca a atividade militar. E nesse âmbito é recordado com saudade por parte dos muitos que pertenceram as gerações seguintes. Tal como relatado pelo cronista Fernão Lopes: “E diziam as gentes, que tais dez anos nunca ouve em Portugal. Como estes que reinara elRei Dom Pedro”

Será então no reinado de D. Fernando, que se iniciou a 1367, que Portugal se vê novamente mergulhado numa grande atividade militar. Sabendo do sucedido no país vizinho de Castela, no ano de 1369, D. Fernando, “deixou-se seduzir pela possibilidade de vir a ocupar o trono de Castela” (Barroca, 2003). Após a batalha de Montiel, onde o rei D. Pedro fora assassinado, os partidários do rei defunto apelaram a D. Fernando por auxílio afirmando que o receberiam como senhor. D. Fernando possuía um considerável apoio. “Grande parte da Galiza estava de facto por ele, assim como uma série de fidalgos galegos e castelhanos que se haviam acolhido em Portugal”. (Barroca, 2003). Mesmo tendo uma imagem algo denegrida no seio da sua nobreza, o defunto rei D. Pedro seria sempre uma vítima do seu irmão usurpador do trono, e como tal, o povo estaria sempre algo contra o seu atual Rei Henrique II. Inicialmente, D. Fernando aliou-se com Granada e posteriormente com Aragão. Junto do Rei deste último comprometeu-se mesmo a desposar a infanta D. Leonor em troca de auxílio militar contra Castela durante o período de 2 anos.

A primeira campanha decorreu de 1369-1371. D. Fernando avançou da maneira mais segura possível para Galiza, inicialmente, pois era lá o núcleo dos apoios militares externos que já sabia de que dispunha. O monarca Português invadiu a Galiza e ocupou a Corunha. Seguidamente avançou para Monterrey que se rendeu ainda antes do final do verão, perante o cerco imposto pelo Rei Português. Ao mesmo tempo a seu comando, uma armada de cerca de 30 galés movia-se na direção de Sevilha. Após o saque do porto de Cádiz a armada redirecionou-se para o rio Guadalquivir e acabaram por ancorar em

Sanlúcar de Barrameda. Deste modo estava imposto um bloqueio naval à cidade de Sevilha. Este bloqueio durou quase um ano. “Se, no início as coisas parecem ter corrido bem, à medida que o Inverno foi entrando o padecimento das tripulações (mal alimentadas e sofrendo duramente com o frio e com a doença do escorbuto, devido às deficientes condições higiénicas em que se encontravam) tornou-se num verdadeiro calvário.” (Barroca, 2003).

No outono do ano de 1370 o Rei Henrique II decide quebrar o bloqueio dando ordens para tal ao seu almirante Ambrósio Bocanegra. Após alguns movimentos entre as duas armadas, a enfraquecida armada lusitana acaba por retirar sem combate. Como sintetiza o comandante Saturnino Monteiro, “o demorado bloqueio de Sevilha, se bem que tenha contribuído uma demonstração inequívoca do poder naval português, desgastou consideravelmente a nossa armada sem ter acarretado em contrapartida quaisquer benefícios de ordem estratégica”.

Por terra, Henrique II preparou-se para um contra-ataque em força, com o apoio do condestável francês Bertrand du Guesclin e dos bretões que o acompanhavam, a quem devia o trono. Este entrou na Galiza disposto a enfrentar diretamente o rei português. Por sua vez, D. Fernando evitou o encontro regressando para o Porto de galé, deixando apenas representantes menores nas praças que o tinham aclamado. Não encontrando ninguém à altura, o Rei Henrique II entrou por Portugal onde acabou por tomar Braga após o cerco da mesma, acabando por lhe deitar fogo. De seguida dirigiu-se para Guimarães. Esta já era bastante melhor fortificada e abastecida e foi capaz de resistir ao cerco imposto pelos castelhanos. Perante a resistência da cidade berço da nossa nação, da ameaça da hoste régia que se aproximava vinda de Coimbra recrutando uma grande quantidade de homens para a sua causa, e a existência de problemas internos no seu território, fizeram com que a hoste castelhana se retirasse mas não sem antes aproveitar a viagem para tomar Vinhais, Bragança, Outeiro de Miranda e Cedovim.

A retirada castelhana não significou o abrandamento dos conflitos mas sim apenas uma alteração na condução dos mesmos. D. Fernando regressou ao Sul para preparar a segunda fase da guerra “ajustando frontarias, reorganizando o equipamento, pagando soldos e mercês e cumprindo uma série de outras diligências essenciais ao bom funcionamento das operações militares.” (Barroca, 2003). A guerra tomou então outra forma com conflitos mais pequenos nas zonas fronteiriças alguns dos quais com objetivo de capturar prisioneiros e gado. Também de referir uma tentativa infrutífera de tomar Badajoz. Em resposta, Henrique II assediou e cercou durante cerca de dois meses e meio

Cidade Rodrigo, que tinha voz por D. Fernando. Acabou por se retirar devido à forte resistência e às chuvadas que se fizeram sentir naqueles meses. No final do primeiro trimestre o Rei Henrique II acabou mesmo por dispensar os serviços de alguns dos altamente dispendiosos mercenários que os seguiam.

O resto desta primeira campanha foi passado sem grandes incidentes de relevo até ao ano de 1371. O Rei D. Fernando encontrava-se em acesas negociações com Aragão, em que este pretendia a contratação de uma força militar de grande número em troca de uma elevada soma de dinheiro. Estas negociações acabaram por não se concretizar, sendo que a pressão dos legados do papa Gregório XI e dos emissários do Rei Carlos V de França, acabaram por motivar a assinatura de um acordo de paz entre Portugal e o seu país vizinho. Os primeiros, porque é intenção do Papa manter a paz sempre entre as nações cristãs, e os segundos, porque a França necessitava do apoio e disponibilidade total de Castela contra os ingleses no contexto da Guerra dos Cem Anos. Este acordo de paz foi assinado a 31 de março de 1371 em Alcoutim. O acordo ditava “não só a amizade futura entre os dois monarcas rivais e o casamento do *Formoso* com a infanta C. Leonor de Castela, como também o abandono de todos os lugares cobrados ou ocupados por ele (salvo aqueles que constariam do dote de D. Leonor: Cidade Rodrigo, Valência de Alcântara, Monterrey e Alhariz) e a concessão de um perdão geral a todos os prisioneiros capturados, sem qualquer resgate como contrapartida.” (Barroca, 2003).

Como garantia do cumprimento do dito acordo os castelos portugueses de Olivença, Campo Maior, Noudar e Mourão foram entregues como reféns às forças Castelhanas. A assinatura deste tratado enfureceu o monarca de Aragão que acabou por apreender todo o ouro português a que teve acesso. D. Fernando mostrou de imediato que não estava a prever cumprir o acordado em Alcoutim e, em maio de 1372 casou publicamente com D. Leonor Teles, sobrinha do conde de Barcelos e de Ourém, desrespeitando publicamente a cláusula de casamento com Leonor de Castela. Foi ainda mais longe, assinando um tratado de aliança em Talgide, Braga, com enviados do duque de Lencastre, irmão do Rei Inglês Eduardo III, contra o Rei Eduardo II de Castela e contra o Rei D. Pedro de Aragão. “Curiosamente, um dos enviados do duque era João Fernandes Andeiro, o líder dos *emperogilados* - nome dado aos partidários de D. Pedro I de Castela que se haviam refugiado em Portugal ou em Inglaterra, após o assassinato em Montiel.” (Barroca, 2003). Um outro motivo que alimentava este tratado era também que o Duque de Lencastre, João

de Gaunt, ser casado com uma filha do falecido D. Pedro I de Castela e, com esse pretexto, alimentar pretensões ao trono de Castela face ao usurpador do trono Henrique II.³⁰

3.3.2. A Segunda Guerra Fernandina (1372-1373)

Perante as ofensas ao tratado por parte de D. Fernando, Henrique II enviou um emissário em busca de justificações para a traição no cumprimento das cláusulas do tratado. Obtendo apenas desculpas de mau cumpridor, este decide tomar ações imediatas e, em dezembro de 1372 invade Portugal de rompante em direção a Lisboa. “Depressa tomou Almeida, Pinhel, Celorico da Beira, Linhares e Viseu, posto o que infletiu para sul, via Coimbra, Torres Novas e Santarém.” (Barroca, 2003). Enquanto isto D. Guido de Bolonha, o cardeal e legado do papa era ignorado nos seus apelos para apaziguar os ânimos entre os dois monarcas. D. Fernando pouco tempo teve para se preparar e após alguma hesitação na sua modalidade de ação este ordenou que se concentrasse um grande número de homens na região de Santarém onde esperaria enfrentar o exército invasor. Aqui, este já deveria estar um bocado enfraquecido dada a distância às suas fontes de abastecimento. Sabendo que D. Fernando estaria em Santarém, o Rei Henrique II não se furtou ao combate e com as forças frente a frente aguardou dois dias que o monarca português tomasse a iniciativa. Hesitando em o fazer, D. Fernando acaba por mandar para trás muitas das tropas que anteriormente tinha mandado reunir. “Certo de que o rival não lhe sairia ao caminho, Henrique II decidiu então marchar sobre Lisboa, que alcançou, sem qualquer oposição, a 23 de fevereiro de 1373.” (Barroca, 2003).

Imposto o apertado cerco à capital Portuguesa e, decorridos os primeiros combates menores quer por terra quer por mar, Lisboa começou a demonstrar sinais de fraqueza. O Rei Henrique II sabia que Portugal não dispunha de forças suficientes para descercar Lisboa nem para levar a guerra ao seu campo de batalha pelo que lhe bastaria insistir para que obtivesse a vitória, quer por desgaste das forças, quer pela fome que entretanto se alastraria na cidade. A 19 de março de 1373, após 5 meses sem notícias sobre o auxílio pedido a Inglaterra, D. Fernando cede perante as negociações e decide capitular. Foi assinado um tratado no castelo de Santarém que ditava que Portugal teria que “apoiar o eixo Castela-França na Guerra dos Cem Anos, através do envio de galés armadas e da recusa em acolher os Ingleses nos portos de Portugal. Por outro lado, o monarca português

³⁰ Vide Anexo A, Figura n.º 1.

aceitava expulsar do nosso reino, no prazo de um mês, todos os exilados Castelhanos e Galegos partidários de Pedro I que aqui haviam encontrado guarida, (neles se incluindo João Fernandes Andeiro). Além disso, “O Formoso” prometia em casamento a D. Sancho de Albuquerque, (irmão do monarca Castelhana), a sua meia-irmã, Beatriz.” (Monteiro, 2003). Castela ficou com algumas fortalezas e alguns elementos da corte do Rei D. Fernando como reféns para o cumprimento do acordo estabelecido. Foram também determinados vários valores a serem pagos caso este tratado não fosse cumprido.³¹

3.3.3. A Última Tentativa de D. Fernando (1381-1382)

D. Fernando não vira os seus sonhos do trono Castelhana completamente deitados por terra com a assinatura do tratado de Santarém. E, logo a 16 de junho de 1373, volvidos apenas três meses sobre o tratado, dois emissários Portugueses em território Inglês conseguem assinar em St. Pauls uma nova aliança luso-inglesa, sobre fortes protestos Castelhanos. A 30 de setembro desse mesmo ano, D. Fernando iniciou a construção da grande muralha de Lisboa, obra essa que forçou à mobilização de muita gente das regiões dos arredores de Lisboa para que ficasse concluída antes dos finais de 1375. Esta obra veio a ser de grande importância nos conflitos que se deram nos anos seguintes. “D. Fernando entregou-se a uma reforma profunda da organização militar portuguesa (alterações no sistema de recrutamento militar e no próprio armamento).” (Monteiro, 2003). Algumas fortalezas, tais como Santarém foram reabastecidas e recuperadas tal como se uma nova guerra se avizinhasse. Em 1374 D. Fernando teve que prometer enviar galés portuguesas para auxiliar quer Castela, na sua guerra contra Aragão, quer a França na sua com Inglaterra. No ano seguinte foram acordados os pormenores do casamento de D. Beatriz mas, desta feita, com D. Fradique duque de Benavente e filho de Henrique II. Reunidas as cortes em Leiria a 1376, foram acordadas as cláusulas do casamento relativamente à sucessão de D. Fernando, caso este viesse a morrer sem herdeiro legítimo varão.

A 29 de maio de 1379 falece o Rei de Castela Henrique II. “Numa jogada de mestre, D. Fernando fez, todavia, questão de manter a duplicidade do seu comportamento diplomático durante mais algum tempo” (Barroca, 2003). Após a morte de D. Henrique II o Rei português mandou retirar o apoio naval enviado para Castela e por outro lado, em maio de 1380, a coroa portuguesa decidiu negociar o casamento de D. Beatriz com o filho

³¹ Vide Anexo A, Figura n.º 2.

recém-nascido do sucessor de D. Henrique II, D. Juan I. Deste modo mantinha-se fiel ao tratado de Santarém. “Ao mesmo tempo, Fernando tomava partido (ao lado da França e de Castela) por Clemente VII, o papa de Avinhão, no Cisma que o opunha a Urbano VI de Roma, apoiado pela Inglaterra” (Monteiro, 2003). Em julho de 1380 João Fernandes Andeiro tratava de confirmar o tratado luso-inglês e programar uma intervenção militar inglesa em território peninsular sobre o comando do conde de Cambridge, Edmundo, filho de Eduardo III, irmão do Príncipe Negro e do duque de Lencastre. “Ao filho de Edmundo era então prometida a mão da Infanta D. Beatriz.” (Idem).

Após este período de paz aparente, estavam reunidas as condições para uma nova e derradeira campanha militar fernandina que principiou a maio de 1381. D. Juan I estava bem ciente das negociações anglo-portuguesas, da armada que viria a comando do conde de Cambridge e das reformas de armamento, equipamento e recrutamento de D. Fernando e assume a iniciativa com algumas incursões castelhanas no Alentejo.

A 17 de julho de 1381 a costa leste algarvia foi palco de uma grande batalha naval. Estas duas nações tinham um grande orgulho no seu poderio naval pelo que um confronto marítimo seria inevitável. Perante a vantagem das forças Portuguesas o almirante Castelhana decidiu retirar-se, procurando dirigir o confronto para a zona da ria onde as pesadas naus portuguesas teriam mais dificuldade de manobra. “Inebriados, os Portugueses deixaram-se lançar numa perseguição descuidada, que dispersou a frota e a colocou à mercê de um contra-ataque adversário”. (Barroca, 2003). Isto fez partir a formatura e a armada ficou composta por três grupos distintos com distâncias uns dos outros. Essas distâncias não permitiam que as naus dos diferentes grupos se apoiassem. Perto da ria de Huelva o experiente almirante castelhano mandou parar e alinhar as suas embarcações aguardando a investida portuguesa. “As 12 galés e a única galeota portuguesas que encabeçavam a perseguição foram facilmente dominadas pelas 17 galés castelhanas. Quanto às oito galés que vinham mais atrás, já não chegaram a tempo de prestar qualquer auxílio, vindo também elas a soçobrar³² perante o maior número de embarcações adversárias.” (Idem) Esta pesada derrota foi não só pelos inúmeros homens que morreram no confronto e pelos bens materiais perdidos como também deixava o estuário do Tejo aberto para a armada Castelhana. “Mas o verão de 1381 levou também a guerra a Trás-os-Montes, à Beira e, novamente, ao Alentejo, nomeadamente com o infrutífero cerco castelhano de julho-agosto (durante 25 dias) à praça de Elvas.” (Monteiro, 2003).

³² Inverter o rumo.

Durante estas semanas as forças portuguesas empenharam-se essencialmente na contenção das invasões, mas, a 19 de julho de 1381, com a chegada da armada de mercenários ingleses sobre o comando de Edmundo de Cambridge, estavam reunidas as condições para mudar o rumo dos acontecimentos. “Portugal passou então para a obediência religiosa a Urbano VI e realizaram-se os esponsais de Beatriz com o jovem Edward of Langley.” (Idem). As 48 embarcações e os cerca de 3000 guerreiros bem equipados foram muito bem recebidos na capital. Perante a promessa de montadas para as forças mercenárias inglesas e os esforços feitos para que fossem providenciadas surgiu uma incrível quantidade de distúrbios e danos causados pelos mesmos contra a população portuguesa, sua aliada. Até ao final do ano de 1381, os castelhanos foram recuando em todas as frentes sem nenhum combate de maior. Este facto foi auxiliado por problemas internos de Castela. Os mercenários ingleses quando inativos por algum período de tempo, e com o agravar do atraso do pagamento dos soldos, em especial na região de Vila Viçosa, acabaram por entrar em confrontos com a população havendo mortes de ambos os lados.

Na Primavera de 1382, O Mestre de Avis foi feito prisioneiro por ordem de D. Leonor Teles. Este recorreu à mediação do conde de Cambridge para conseguir a sua libertação. Na região de Elvas-Badajoz houve um aumento das escaramuças existentes. “De entre estes movimentos, deve destacar-se o violento ataque anglo-português às localidades castelhanas de Lobón e Cortijo, que depressa foram destroçadas, seguindo-se-lhes uma invulgar carnificina.” (Barroca, 2003). No mar as coisas não corriam tão bem, pelo que aproveitando a destruição da armada portuguesa no ano anterior, Castela lançou uma poderosa ofensiva sobre Lisboa e arredores com a sua armada contendo mais de 80 velas. Os efeitos foram devastadores.

Era intenção dos dois monarcas beligerantes de resolver tudo num combate decisivo pelo que em julho ambos os exércitos se reuniram na região de Elvas, e escolheram o campo de batalha junto ao rio Caia, perto da fronteira dos dois países. Castela “traria uns 5000 homens de armas, além de 1500 ginetes (isto é, cavalaria ligeira de origem andaluza), e muita gente de pé (entre besteiros e arqueiros). Pelo seu lado, os Portugueses somariam perto de 3000 homens de armas, a que se somavam outros tantos ingleses, um terço (ou mais) dos quais seriam atiradores com arco.” (Idem). Por duas semanas o favorecimento da postura defensiva dos Castelhanos e a hesitação e espera de mais tropas inglesas por parte de D. Fernando, fizeram com que não tenha havido qualquer confronto. D. Fernando enviara um emissário ao território inglês para conseguir mais apoio mas por não ter obtido qualquer resposta acabou por a 10 de agosto de 1382 assinar um acordo de paz com

Castela perante o desconhecimento de Inglaterra, e o descontentamento dos mercenários com o cancelamento da batalha. “Este acordo foi, sublinhe-se, bem pesado para os Castelhanos, através dele obrigados a aceitar o casamento da infanta D. Beatriz (outra vez a servir de moeda de troca!), prometida ao infante herdeiro, com o infante D. Fernando (filho segundo do rei de Castela) a entregar os lugares ocupados de Almeida e de Miranda do Douro, a devolver 20 galés portuguesas capturadas em Saltes (incluindo as respetivas armas e equipamentos), a libertar os prisioneiros dessa armada (...) sem qualquer resgate, e (...) a fornecer aos ingleses os navios necessários para estes regressarem a casa em segurança.” (Ibidem). D. Fernando acabou por voltar a mostrar o seu apoio pelo papa Clemente por lhe ser mais favorável dada a sua atual condição.

Como rescaldo destas guerras Fernandinas, temos que no ano de 1383 D. Fernando tentou reparar a aliança algo comprometida com os acontecimentos junto ao rio Caia. O Rei enfraquecido de poder e de saúde, perdia o controlo do seu reino para D. Leonor Teles, para Andeiro, entretanto feito conde de Ourém e para o bispo castelhano de Lisboa, D. Martinho. A força do partido pró-castelhano cresceu bastante mesmo no seio da própria corte portuguesa. Nesse mesmo ano faleceu em Castela a esposa do Rei D. Juan. Sem perder tempo, o conde Andeiro dirige-se ao país vizinho e negocia o casamento do Rei com D. Beatriz, mais uma vez utilizada como moeda de troca. Perante a aceitação do Rei D. Juan, em março de 1383 foi assinado o famoso acordo, que foi ratificado no dia 2 de abril em Salvaterra de Magos. O casamento deu-se a 30 de abril desse mesmo ano.³³

3.4. A Aliança Inglesa

A aliança entre Portugal e Inglaterra foi estabelecida no século XIV e mantém-se até aos dias de hoje. É a mais antiga aliança ainda ativa no mundo. Esta aliança foi inicialmente formada por interesses militares e políticos da Inglaterra e de Portugal no contexto da segunda guerra fernandina, enquadrada na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

No contexto da segunda guerra fernandina “A 10 de julho, D. Fernando (...) assinou em Talgide (Braga), com dois enviados do duque de Lencastre (João de Gaunt, irmão de Eduardo III de Inglaterra), um tratado de aliança contra Henrique II de Castela e contra D. Pedro de Aragão!” (Monteiro, 2003). “O tratado de 10 de julho 1372 não

³³ Vide Anexo A, Figura n.º 3.

envolveu a coroa Inglesa mas formou as bases para a aliança anglo-lusa.³⁴” (Livermore, 1988). O tratado de Talgide viria a ser ratificado em janeiro do ano seguinte, nos Paços de Sabóia, em Londres, pelo próprio monarca de Inglaterra.” (Monteiro, 2003).

“A 16 de junho de 1373 o primeiro tratado de aliança anglo-lusa foi formalmente concluído em Londres” (Livermore, 1988). Este tratado de Westminster³⁵, foi então o primeiro tratado oficial da mais antiga aliança ainda em vigor de todo o mundo.

Estes tratados e esta aliança permitiram a Portugal tornar-se um centro de trocas comerciais em especial com Londres. Do mesmo modo, Portugal foi auxiliado com homens quer para combater quer para aconselhar os seus comandantes. É certo que Inglaterra também tinha as suas vantagens, tais como a possibilidade de obtenção do trono de Castela, bem como a realização de ações com auxílio português contra França. Algumas reformas realizadas por D. Fernando foram fruto desta influência inglesa, que esta aliança proporcionou. De salientar que o papel de alguns conselheiros Ingleses nos conflitos futuros foi muito importante, como veremos mais a frente.

A aliança anglo-lusa foi fortalecida a 9 de maio de 1386 com a assinatura em Windsor de um tratado de aliança. Ditava que entre os dois reinos existiria uma liga, amizade e confederação real e perpétua, de maneira que um seria obrigado a prestar auxílio ao outro contra todos os que tentassem destruir o Estado do outro. “Significa isto que João de Gaunt acolhera positivamente a ideia de uma grande ofensiva na Península Ibérica, orientada para a conquista do próprio trono de Castela, contando para tal com o apoio que lhe estava a ser oferecido pelos seus aliados portugueses.” (Monteiro, 2003).

3.5. Reformas Militares de D. Fernando

O reinado de D. Pedro I foi bastante pacífico e próspero. O do seu sucessor, D. Fernando, foi exageradamente guerreiro e ruinoso. “Mas, a par dos prejuízos causados ao tesouro nacional e à tranquilidade do povo, lucraram, sem dúvida, as instituições militares com as medidas adotadas desde o começo do seu reinado, relativas à milícia.” (Martins, 1945). D. Fernando parecia que previa os conflitos que se avizinhavam. Com isto, o monarca, “primeiro de tudo expediu da vila de Porto de Mós uma ordem geral para que em todo o reino se fizesse lista de quantos e quais poderiam servir na guerra, e manter cavalos,

³⁴ Tradução livre do autor.

³⁵ Distrito do centro de Londres.

ser besteiros, lanças e soldados de pé; fez ver os castelos, reparar os muros, torres e casas; poços de água e as cisternas, onde fosse necessário; paredes, portas e pontes levadiças; e tudo fornecer de armas, de cubas³⁶ e outras vasilhas³⁷ ao uso daquele tempo. Proveu, também, logo de alcaides³⁸ as vilas e fortalezas do reino.” (Martins, 1945).

D. Fernando com o conjunto de medidas “regulou-se a prestação do serviço militar pelas classes privilegiadas de onde resultou a avaliação ao certo das rendas e dos moradores de cada povoação, para com equidade se lhes impor o número de homens que deveriam ter cavalos e armas; apagou-se a antiga distinção entre cavaleiros e peões, mas substituiu-se pelo princípio de cada um contribuir para o serviço militar conforme a quantia em que eram avaliados os seus haveres” (Martins, 1945), possibilitou a entrada no serviço militar mesmo a mais inferior das classes populares até então isenta de o prestar, instituindo-se assim o verdadeiro serviço militar obrigatório.

Tendo em mente o cerco a Lisboa de 1373, D. Fernando mandou, nesse mesmo ano, construir as muralhas de Lisboa. Poderosas estruturas defensivas, “obra que se revestiria de uma extraordinária importância nos combates da década seguinte” (Monteiro, 2003).

A presença inglesa veio trazer algumas mudanças a nível de organização militar. “Os cargos de condestável e marechal substituíram o cargo de alferes-mor. O condestável passou então a ser, na hoste, o cargo de maior estado e honra, cabendo-lhe o lugar na vanguarda da hoste e direção de todas as operações militares. (...) O marechal, segunda dignidade militar, coadjuvava o condestável, especialmente provendo à administração da justiça em que este superintendia.” (Martins, 1945). Algumas alterações houvera também nalgumas designações. “As designações de vanguarda, retaguarda e alas que substituíram as de dianteira, saga e costaneiras.” (Idem). D. Fernando “optou pelo treino e recrutamento de besteiros, numa escala maior e mais sistemática. Dava-se um passo em direção à criação de um exército a nível nacional, sobre o controlo real.” (Nicolle, 2012).

Em termos de equipamento, foi nestas reformas que “o cambais deu lugar ao jaque, e a capelina à típica barbuda com camal³⁹” (Monteiro, 2003).

“É essa a milícia portuguesa que vai ser conduzida pelo talento militar de Nuno Álvares, no agitado período da luta da Nação pela independência que pretendem roubar-lhe.” (Martins, 1945)

³⁶ Semelhante a pias.

³⁷ Recipiente geralmente utilizado para comer. Pode ter outras utilidades.

³⁸ Governador de uma cidade ou vila acastelada ou fortificada.

³⁹ Um colar ou avental de pescoço, feito de malha de ferro e que se encontrava geralmente ligado à peça que protegia a cabeça

3.6. A Crise em Portugal

“Esta crise, que em Portugal é igual às crises que se deram em toda a Europa Ocidental, foi diferente na maneira como se resolveu, porque por toda a parte isto terminou no esmagamento das revoltas populares e, aqui, exatamente ao contrário, esse sentimento de independência popular intensivo, identificou-se com a ideia da sobrevivência nacional, e é essa ideia que triunfa.” (Saraiva, 1985).

O período do último quarto do século XIV foi bastante atribulado quer para Portugal quer para toda a Europa. Vivia-se uma situação de crise na maioria do velho Continente. Estávamos em plena Guerra dos Cem Anos, a crise económica fazia-se sentir um pouco por todos os países e a peste negra fazia a sua colheita de vítimas. Um pouco por todo o lado existiam conflitos entre campo e cidade, senhores e cidadãos. A Lei das Sesmarias⁴⁰ tentou controlar a dificuldade que a falta de mão-de-obra trazia no meio rural, assim como a existência de terrenos que não estivessem a ser aproveitados.

Em 22 de outubro de 1383, D. Fernando morre prematuramente. A assinatura do tratado de Salvaterra de Magos a 2 de abril desse ano dita que:

“1º) Se à data da morte, o rei D. Fernando tivesse um filho varão legítimo, seria este o seu sucessor;

2º) Não havendo filho varão legítimo, a Coroa de Portugal pertenceria, de direito a sua filha legítima, D. Beatriz, que, por ser casada com o Rei de Castela, D. Juan I, e apesar de ser proclamada Rainha de Portugal, não viria, de facto, a ocupar o trono, cabendo, nesse evento, a regência do Reino a sua mãe, D. Leonor Teles;

3º) Se a Rainha, D. Beatriz tivesse um filho varão, esse príncipe seria educado em Portugal e, aos 14 anos de idade, tomaria posse do trono português, por abdicação de sua mãe;

4º) Se D. Beatriz falecesse imprevistamente antes do pai, sem filho varão, a sucessão far-se-ia na pessoa de outra filha que o Rei de Portugal tivesse deixado;

⁴⁰ Lei promulgada em Santarém a 28 de maio de 1375. Esta lei foi promulgada devido à escassez de cereais, carência de mão-de-obra, aumento dos preços e salários agrícolas, falta de gado para a lavoura e o aumento dos ociosos e mendigos. A lei pretendia obrigar os proprietários a cultivar as terras, fixar os salários rurais para evitar o seu encarecimento, aumentar o número de trabalhadores rurais pela compulsão de mendigos e ociosos que pudessem fazer uso do seu corpo.

5º) Esgotadas todas as disposições anteriores, a escritura de Salvaterra de Magos admitia que a coroa Portuguesa fosse assumida pelo Rei de Castela, D. Juan I, que se comprometeria, porém, a manter a independência das duas Coroas.” (Bossa, 1985).

De facto aos 38 anos, idade da sua morte, D. Fernando não tinha deixado sucessor varão e prontamente se fez notar o interesse de D. Juan I, de Castela no trono, agora vazio, de Portugal. “E, com efeito, segundo a informação de Fernão Lopes, na sua “crónica de D. Fernando”, mal tomaram conhecimento da morte do monarca português, D. Juan I, de Castela, e D. Beatriz enviaram à Rainha-viúva, D. Leonor Teles, uma mensagem escrita, chamando lhe à atenção para o disposto na escritura de Salvaterra de Magos e solicitando-lhe que promovesse, de imediato, conforme o que ali se prescrevia, a aclamação de D. Beatriz como rainha de Portugal.” (Idem). Era intenção dos dois monarcas pressionar D. Leonor Teles, para que resolvesse a situação o mais depressa possível. D. Juan era de uma opinião altamente extremista e “nem sempre apoiado pelo seu Conselho, pretendeu logo invadir Portugal, antes mesmo de conhecer as disposições dos Portugueses. Seria, na sua opinião, a melhor forma de garantir os direitos legítimos de sua mulher, antes que Portugal pudesse organizar qualquer movimento de oposição que ele tanto temia.” (Ibidem). Gerou-se uma reação popular perante a aclamação de D. Beatriz como rainha de Portugal, e de sua mãe D. Leonor de Teles na sua regência com receio de comprometer a identidade nacional. “Tratou-se, na generalidade dos casos, de autênticos movimentos insurreccionais populares, extremamente radicalizados e teoricamente muito reativos à possibilidade de concretização, no terreno, das cláusulas do Acordo de Salvaterra de Magos.” (Monteiro, 2003). Por todo o país tivemos situações bastante diferentes. “Umas populações (...) aclamaram e reconheceram de imediato D. Beatriz. Outras, porém, opuseram-se declarada ou veladamente ao cumprimentos dessas disposições.” (Bossa, 1985).

A revolta popular que se gerou partiu inicialmente do povo e foi se espalhando por todo o reino, essencialmente motivada por “um generalizado descontentamento (...) não só pelas condições económicas difíceis em que vivia a arraia-miúda, mas também pelo ódio que nutriam por D. Leonor Teles, lembrada como estava da repressão violenta de que fora alvo quando se manifestara contrária ao seu casamento com D. Fernando...”. (Idem). Mas, acima de tudo o que o povo realmente temia era que “a manter-se na regência do Reino, D. Leonor Teles (...) se criariam as condições ideais para a integração de Portugal no reino de Castela.” (Ibidem). Por outro lado, e com o desenvolvimento do comércio externo a Burguesia adquiriu uma elevada importância numa cidade cada vez mais cosmopolita. Esta classe cada vez mais aberta e culta possuía os principais cargos económicos e de

administração pública. Essa burguesia temia que, caso a causa de D. Beatriz vingasse, Lisboa deixasse de ser o um dos principais centros comerciais da Europa.

Havia divisões na sociedade sendo que a maioria dos nobres apoiava a causa de D. Beatriz, com interesses exclusivamente pelos seu cargos e terras. Estávamos em plena crise dinástica e a independência nacional estava ameaçada.

Capítulo 4

A Nova Escola Militar Inglesa

4.1. O exército Português antes da Guerra dos Cem Anos (1337-1453)

Nos séculos XI e XII uma nova aristocracia emergiu baseada fundamentalmente nos feitos de cada um durante o período da Reconquista⁴¹. “Os *ricos-homens*, de famílias de classes superiores eram de origem maioritariamente estrangeira, os de classes inferiores eram elementos de famílias antigas de Portugal.” (Nicolle, 2012). Pelo século XIV existia já uma grande separação entre a aristocracia que vivia perto da corte real e a aristocracia rural, na sua maioria mais pobre.

Até às reformas que ocorreram no século XIV, o recrutamento militar tinha influência Andaluza. A classe dos “homens bons”, que tinham terras, cavalos, armas e algumas peças de armadura eram obrigados a servir como cavaleiros vilãos. Alguns elementos da classe mercantil urbana também se enquadravam nesta classe. “Membros livres do povo que possuísem terras eram forçados a servir como peões, sendo que no século XIV esse termo já não fosse aplicado.” (Nicolle, 2012).

Os exércitos Portugueses continuavam a ser organizados com base nos modelos de Astúrio-Léon, com uma notável influência Andaluza e Islâmica. O Rei estaria sempre rodeado pela sua guarda real, e cada um dos seus principais comandantes estaria junto das suas forças também com alguns elementos de guarda pessoal, se bem que em menor número. O *alférez* ou o porta-estandarte do Rei, era o comandante.

Este modelo organizacional funcionou positivamente até meados do século XII contudo, teve que ser refeito para enfrentar a nova ameaça Islâmica. Em seguida surgiu uma tentativa para impor um sistema mais hierárquico, semelhante ao sistema feudal mas acabou por falhar, sendo que na altura, cerca de um em cada dez membros da população portuguesa, parecia reivindicar algum tipo de estatuto aristocrático. “Estas famílias variavam desde barões ricos a famílias pobres que possuíam pouco mais que um nome

⁴¹ Período de aproximadamente 781 anos na história da Península Ibérica, onde os cristãos recuperaram os seus territórios aos Muçulmanos.

antigo.” (Nicolle, 2012). Os cavaleiros portugueses empenhavam-se no estrangeiro quer no apoio a Castela, uma entusiasta pelas Cruzadas, quer como mercenários pelos muçulmanos em Marrocos.

Em termos táticos os exércitos de Portugal não estavam de todo isolados do estrangeiro. Se neste período apresentavam algumas características arcaicas, devem-se meramente a questões de circunstâncias locais. O facto da atividade militar da Reconquista ter terminado a 1249 com a conquista definitiva do Algarve, não possibilitou ao exército desenvolver as táticas correntes pela Europa, como as baseadas no emprego em massa de elementos de Cavalaria. Sendo assim Portugal tinha uma prioridade tática na sua infantaria, um esquema até bastante semelhante ao aplicado pela Inglaterra nesse mesmo período.

4.2. A Guerra Anglo-Escocesa (1296-1357)

Neste conflito, a Inglaterra invade o território escocês. Este facto deveu-se a um problema de sucessão do Rei escocês Alexandre III, que faleceu tragicamente sem deixar um sucessor varão.

Os possíveis sucessores ao trono eram cerca de 14 e, para evitar uma guerra civil, alguns nobres escoceses decidem pedir a intervenção do rei Eduardo I de Inglaterra. Este aceita o pedido de intervenção mas faz algumas exigências. “Em maio de 1291 Eduardo I encontrou-se com os escoceses na fronteira em Norham, Tweed, e informou-os que ele iria julgar as várias pretensões ao trono contudo estes teriam que o considerar como o senhor da Escócia e, para assegurar a paz, teriam que ceder os castelos reais do reino para a sua posse.” (Armstrong, 2003).

Na sequência da tentativa de ocupação do território escocês por parte da Inglaterra e da revolta gerada contra a mesma por parte dos escoceses surgem conflitos com importância para o trabalho em estudo. Neste contexto iremos abordar mais ao pormenor as batalhas de Stirling Bridge⁴² (1297), Falkirk (1298) e Bannockburn (1314).

⁴² Esta batalha está muito bem retratada no filme “Braveheart”, com Mel Gibson.

4.3. A Tática defensiva e Preparação do terreno

A utilização de táticas defensivas e de preparação do terreno vieram inovar o modo como um comandante abordava o seu campo de batalha. Estas táticas estavam interligadas com a valorização da infantaria, abordada mais a frente. A escola mais comum, conservadora, característica dos franceses e com base no uso da cavalaria e no poder de choque da sua carga, dava mais valor a terrenos planos que facilitassem a manobra e a uma postura ofensiva com iniciativa. A utilização do terreno para condicionar a mobilidade da cavalaria e a adoção de uma postura defensiva permitiu a massas de homens apeados sustentar a carga da cavalaria inimiga e causar-lhe imensas baixas.

No contexto das guerras anglo-escocesas (1296-1357), em Stirling Bridge (1297) assistimos a um triunfo escocês devido a adoção de uma postura defensiva inicialmente, e apenas em momento oportuno, ofensiva. O terreno neste confronto era muito particular. Os ingleses tinham que atravessar uma ponte e não conseguiam dispor as suas forças corretamente enquanto a transpunham. Ao aguardar pelo momento certo os escoceses conseguiram bater as forças inglesas divididas e obter a vitória. O estudo do terreno permitiu que os escoceses não combatessem contra a totalidade do exército inglês.

Uns anos depois, no primeiro dia de confrontos da batalha de Bannockburn, os escoceses adotam novamente uma postura defensiva perante a cavalaria inglesa e saem vitoriosos. De salientar aqui a preparação do terreno onde assistimos ao surgimento de obstáculos artificiais sobre a forma de “covas ou armadilhas cavadas no solo para impedir o avanço da cavalaria Inglesa.”⁴³ (Armstrong, 2002). No segundo dia de confrontos a iniciativa foi escocesa e dados os constrangimentos de espaço agravados pelo imparável avanço das suas forças compactas de piqueiros, foi criado um clima de enorme confusão nas forças inglesas, onde a infantaria avançava sobre a cavalaria que estava a ser esmagada, tal era a sua concentração.

No contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), em Crécy (1346), assistimos aqui ao uso das covas para fortificar o terreno contra a cavalaria francesa. “O exército Inglês teve tempo para fazer uma posição fortificada entre Crécy e Wadicourt. Os soldados escavaram uma série de pequenas covas espalhadas pelo terreno em frente das suas posições. Estas tinham como objetivo fazer tropeçar os cavalos inimigos e dizia-se que a

⁴³ Tradução livre do autor.

ideia tenha surgido dos Escoceses.” (Nicolle, 2000). Uns anos mais tarde em Poitiers (1356), assistimos à escavação de “valas defensivas para proteger o flanco direito Inglês.” (Nicolle, 2004). Durante os confrontos a postura Inglesa foi sempre defensiva até aos momentos finais onde a vitória seria certa.

4.4. A Valorização da Tropa Apeada

Até ao século XIII, a cavalaria era o elemento mais importante de qualquer conflito. O seu poder de choque e mobilidade eram devastadores quando aplicados devidamente sobre elementos de infantaria. Nas guerras anglo-escocesas (1296-1357) assistimos ao uso de grandes unidades compactas de infantaria, equipadas com armas de haste⁴⁴ que recebem as cargas de cavalaria fixando a extremidade traseira das armas no chão, direcionando as pontas para os cavaleiros inimigos ou até para os próprios cavalos e criando um efeito de muralha de lanças.

Quer no contexto da guerra anglo-escocesa (1296-1357), quer na Guerra dos Cem Anos (1337-1453), assistimos ao emprego da infantaria contra a cavalaria com sucesso. A este uso está muitas vezes aliada a preparação do terreno e a adoção de uma postura defensiva.

Em Stirling Bridge verifica-se o avanço da infantaria escocesa sobre as divididas forças inglesas. Em Falkirk a postura defensiva da organizada infantaria escocesa não teve o efeito desejado devido ao excelente emprego do arco longo contra os mesmos. Aqui os ingleses conseguiram contrariar a superioridade da infantaria escocesa. Em Bannockburn, assistimos ao erro de empregar cavalaria contra a infantaria escocesa em condições de terreno favorável aos últimos, sendo o resultado desastroso. Em Crécy, os Ingleses aplicaram em condições a sua infantaria contra a habitual carga de cavalaria francesa. Foram mais fortes obtendo uma das mais importantes vitórias na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

⁴⁴ Armas geralmente compostas por uma vara tão comprida quanto necessário em cuja ponta é fixada uma lâmina. Esta pode ter diversas formas.

4.5. O Arco Longo

O arco sempre foi uma arma associada à caça. O seu uso como tal remonta até aproximadamente aos anos de 3300 A.C. “Exemplos claros indicavam que Otzi, foi um caçador da idade da pedra, cujo corpo preservado foi encontrado nos alpes italianos em 1991. O seu arco longo datado por volta de 3,300 AC era feito de cerne apenas⁴⁵.”⁴⁶ (Loades, 2013).

A maioria dos arcos é facilmente feita a partir de materiais bastante acessíveis. Era considerada uma ferramenta comum da maioria dos camponeses. Sendo uma ferramenta de caça, facilmente o Homem viu a utilidade do seu emprego na guerra. O lançamento de projéteis no campo de batalha e, logicamente, o armamento de corpo a corpo, fazia com que fosse fundamental ao combatente ter armadura adequada. Sempre existiu a dualidade de ataque VS proteção. Não só os homens como também as montadas estavam protegidas, completamente se possível, senão, pelo menos nas zonas vitais do corpo. Tudo dependia do nível de riqueza do combatente.

Os arqueiros eram na sua generalidade combatentes de origens menos nobres, mais pobres, alguns mais fracos incapazes de aguentar o combate corpo a corpo ou, por vezes até eram combatentes com alguns ferimentos antigos. O uso do arco longo em combate veio revolucionar a ordem natural que previa que os guerreiros com mais posses teriam obrigatoriamente as melhores armas e as melhores armaduras e como tal teriam toda a vantagem nos combates. “A ideia que força e capacidades podem triunfar sobre riqueza e estatuto é poderosa.” (Loades, 2013).

Era motivador que um plebeu treinado e capacitado para tal conseguisse abater um nobre, rodeado de armadura à distância sem que esse tenha qualquer tipo de hipóteses. Pelos franceses este facto era visto com desdém, e afirmavam que ia contra todos os princípios da nobreza e não era de todo cavalleiresco. “O arco longo permaneceu um símbolo muito potente de justiça, razão pela qual continuou a receber um tratamento romântico.” (Ibidem).

O arco longo “atingiu o seu pico de emprego e de fama quando foi utilizado em massa pelos exércitos Ingleses em campo de batalha aberto durante as guerras anglo-Escocesas (1296-1357), Guerra dos Cem Anos (1337-1453) e na Guerra das Rosas (1455-1485).” (Embleton, 1995).

⁴⁵ Nome das camadas internas de uma árvore que aparecem quando cortadas transversalmente.

⁴⁶ Tradução livre do autor.

O seu uso ficou ligado na sua maioria ao exército Inglês, contudo este já tinha sido empregue por outras nações previamente. “Os galeses usaram arqueiros muito eficientemente em táticas de guerrilha contra Edward I (1272-1307) e subsequentemente ao serviço dos reis Ingleses em guerras posteriores. Os Escoceses empregavam arqueiros, em menor número mas em maneira semelhante aos Ingleses. Estes ainda serviram com distinção no exército Francês durante os últimos períodos da Guerra dos Cem Anos (1337-1453).⁴⁷” (Embleton, 1995).

Os Ingleses viam grande poder e futuro no uso do arco longo no campo de batalha. Os arqueiros de arco longo eram considerados uma elite no exército e eram pagos proporcionalmente. Havia uma distinção entre os arqueiros regulares e os de elite. Os de elite teriam arcos maiores e conseguiam manter uma cadência de fogo mais acelerada durante mais tempo.

Existem algumas características que tornam este arco longo numa das armas mais emblemáticas da idade média. Há uma ligação lógica entre o comprimento do arco e a abertura do arco. Ou seja, quanto maior for, com mais força serão lançados os projéteis. Com quanta mais força forem lançados os projéteis, maior capacidade perfurante apresentam e consequentemente maior a sua letalidade. “Não há dúvida alguma que quanto mais pesado o arco maior será a força do projétil e existe clara vantagem militar em tal.” (Loades, 2013).

O arco longo era feito a partir de um só bocado de madeira. Isto fazia com que não tivesse tanta capacidade para dobrar quanto os arcos compostos. Estes por sua vez eram feitos de camadas de materiais como madeira, corno e tendão. Para que os arcos longos não partissem e para garantir uma grande abertura de arco, e consequente potência e alcance, os arcos longos eram muitas vezes maiores que o próprio arqueiro.

Temos então uma arma que tem a capacidade de perfurar à distância qualquer amadura do cavaleiro mais nobre, tem uma enorme facilidade de fabrico e manutenção e simplicidade no seu manejo. O único senão, seria a exigência física do emprego a alto nível do arco longo, mas tal era colmatado com bastante prática.

Comparativamente com a besta, o arco longo era superior. Em termos de potência a besta tem mais energia potencial acumulada, contudo o peso da flecha e o tamanho do arco compensam esse fator e tornam este aspeto pouco diferenciador. Em termos de facilidade de emprego qualquer um poderia utilizar uma besta, pois a sua simplicidade de uso era

⁴⁷ Tradução livre do autor.

notável. Contudo o arco longo era utilizado por uma elite de arqueiros que sabiam como extrair o melhor da sua arma. Em termos de alcance, no tempo da batalha de Crécy (1346), o arco longo Inglês tinha um maior alcance que as bestas do mesmo período. Durante os próximos anos do período medieval as bestas sofreram então os seus principais melhoramentos. Em termos de cadência o arco longo era de longe superior a besta: esta “dispunha de uma cadência de tiro muito mais lenta (cerca de dois virotões por minuto, contra 10 a 12 flechas dos arqueiros ingleses no mesmo espaço de tempo).” (Monteiro, 2003).

No contexto da guerra anglo-escocesa (1296-1357), Falkirk (1298) foi um momento muito feliz de aplicação do arco longo contra os schiltrons escoceses. Perante a muralha de lanças os elementos apeados e de cavalaria ingleses desistiram de tentar penetrar na mesma. Coube aos arqueiros ingleses atirar sobre a grande massa de alvos estacionários até que os seus números fossem reduzidos desfazendo a formatura.

Em Crécy (1346), o papel do arco longo foi elemento principal da vitória. Numa fase inicial venceram o frente-a-frente com os besteiros Genoveses, pelo seu alcance e cadência de fogo superiores. Posteriormente atiraram sobre as formações de cavalaria obtendo o efeito desejado. “As flechas causaram muito mais dano aos cavalos do que aos seus cavaleiros, mas muitos acabaram por ser depositos do cavalo com o colapso da carga. A formação foi perdida, cavalos recuavam, fugiam ou entravam em pânico.” (Nicolle, 2000).

Em Poitiers (1356) o efeito do arco longo fez-se sentir mais numa fase posterior da batalha onde, por posicionamento ideal, os arqueiros conseguiram bater os cavaleiros pelos flancos, obtendo assim efeitos destruidores. “Os arqueiros atiraram sobre a cavalaria com pouco efeito inicialmente. Com a passagem da cavalaria francesa, os arqueiros tiveram o efeito devastador nos flancos menos protegidos e nas traseiras dos cavalos.”⁴⁸ (Nicolle, 2004).

4.6. O Dispositivo das Forças

Todos os elementos acima mencionados estão organizados num dispositivo muito característico da nova escola inglesa. Em primeiro escalão temos ao centro, a tropa apeada,

⁴⁸ Tradução livre do autor.

e nas alas encontramos as principais concentrações de arqueiros e besteiros. Todo este primeiro escalão encontra-se protegido por obstáculos naturais e artificiais, quer sejam as valas e covas de lobo ao centro, e as abatisses e mais covas de lobo nas alas. Estes dois últimos obstáculos contribuem para o efeito de funil. O efeito funil comprime e concentra o inimigo ao centro.

O primeiro escalão, ao centro, apresenta elevada concentração de homens, equipados com longos piques, deste modo permite aguentar e repelir a carga da poderosa cavalaria. Nas alas o fogo neurobalístico vai atirando constantemente sobre um inimigo desnorteado, confuso, concentrado e com dificuldades no seu avanço.

Em segundo escalão encontra-se forças de elementos apeados ou com a possibilidade de estarem montados, prontos a atuar onde for necessário. Como se de uma reserva⁴⁹ se tratasse, para apoiar as forças em primeiro escalão. Caso a força do embate no primeiro escalão penetrasse na formação o segundo escalão avançaria e faria o efeito “bolsa”⁵⁰ sobre as forças inimigas. Caso existam forças de cavalaria, estas concentrar-se iam neste segundo escalão, tendo versatilidade de emprego garantindo capacidade de resposta às diferentes situações.⁵¹

⁴⁹ Termo militar atual que se refere ao grupo de elementos ou unidade que não se empenha inicialmente para dar margem de manobra ao comandante para poder responder às situações inesperadas e atuar onde for mais necessário no desenrolar do confronto.

⁵⁰ Efeito onde uma força se vê cercada por todos os lados de inimigos.

⁵¹ *Vide* Anexo B, Figura n.º 8.

Capítulo 5

A Atividade Militar em Portugal Durante a Crise de 1383-1385

5.1. O Desenrolar da Crise

O clima de tensões gerado pela morte de D. Fernando veio a agravar constantemente, sendo fundamental arranjar um novo líder. Um clima revolucionário rapidamente se alastrou pelo país.

O Mestre de Avis, filho bastardo de D. Pedro I era o cabecilha deste movimento. “Tratou-se, na generalidade dos casos, de autênticos movimentos insurrecionais populares, extremamente radicalizados e teoricamente muito reativos à possibilidade de concretização, no terreno, das cláusulas do Acordo de Salvaterra de Magos.” (Monteiro, 2003). Os partidários do Mestre de Avis trataram de dar um golpe muito importante na tumultuosa corte de D. Leonor Teles. Foi assassinado o conde João Fernandes Andeiro em Lisboa, nos Paços da Rainha, a 6 de dezembro de 1383.

Perante este ambiente revolucionário, que começava a dar origem a um movimento cada vez maior e mais forte pelo Mestre de Avis, D. Juan I não espera mais e entra em Portugal. Em janeiro de 1384 entrou em Portugal pela Guarda e deslocou-se até Santarém onde se encontrava a rainha-viúva, D. Leonor de Teles. Rapidamente e, temendo pela sua vida, abdicou do trono em prole da sua filha e genro. Estava comprometido o arranjo diplomático.

O mestre de Avis percebia a verdadeira importância do apoio de Inglaterra nesta questão. Como tal, em fevereiro desse mesmo ano, mandou emissários com a missão de garantir o apoio de Inglaterra. Em contrapartida, esta receberia o apoio português contra França no, contexto da Guerra dos Cem Anos (1337-1453). A primeira missão não teve sucesso contudo, uma outra, em finais de março, conseguiu obter junto do rei Ricardo II autorização para contratar mercenários ingleses para a causa nacional.

À entrada da Primavera o Mestre de Avis nomeia o jovem Nuno Álvares Pereira, cuja família era ligada à Ordem do Hospital, como fronteiro da comarca de Entre Tejo e Guadiana. Este jovem partiu com poucos homens de Lisboa e, devido ao recrutamento por

terras alentejanas, de acordo com Fernão Lopes, por inícios de abril, teria uma hoste de cerca de 300 cavaleiros, 1000 homens a pé e cerca de 100 besteiros. A 6 de abril de 1384 trava a batalha de Atoleiros (1384) onde obtém a sua primeira grande vitória. Esta importante vitória serviu para “animar o partido do mestre de Avis, ao mostrar que os Castelhanos não eram invencíveis.” (Idem). Nos períodos após a batalha houvera algumas disputas menores pelas planícies alentejanas. De salientar as localidades de Vila Viçosa, Alandroal, Elvas e Campo Maior. O movimento do Mestre de Avis crescia.

Desde 26 e 29 de maio, Lisboa encontra-se cercada por mar e por terra respetivamente. A extenuante resistência Lisboeta foi possibilitada pela preparação prévia pelo Mestre de Avis e à forte muralha fernandina. Fidalgos e cidadãos honrados de Lisboa repartiram-se entre si para se responsabilizarem na guarda dos muros da cidade. O cerco prometia ser longo e renhido.

No Porto tentava criar-se uma força capaz de quebrar o bloqueio naval e vir ao socorro da capital. A 17 de julho de 1384 essa mesma força fundeou em Cascais. O Mestre de Avis deu ordens claras para não procurarem o combate mas sim que tentassem furar o bloqueio e vir abastecer Lisboa. Foi o que se sucedeu e, conclui Saturnino Monteiro (1989) “a batalha naval do Tejo poderá classificar-se como um sucesso tácito para os Portugueses, porque, embora tivessem perdido três naus, conseguiram furar o bloqueio, o que deu novo ânimo aos defensores de Lisboa e, possivelmente, terá abalado a confiança em próprios dos sitiados.” As constantes escaramuças e mais importante, a fome devastavam a população Lisboeta. “Em Lisboa, a fome negra; em Almada, a ardente sede” (Ruas, 2009).

Fora da cidade Nuno Álvares Pereira chegou a tomar o Castelo de Monsaraz, posto o qual se dirigiu aos arredores de Lisboa com intenções de aliviar o cerco a Lisboa mas tal não veio a ser necessário pois, o mês de agosto trouxe com ele um surto de peste, o que dizimou grande parte do arraial e da frota dos Castelhanos. A 3 de setembro de 1384 D. Juan I levanta o cerco a Lisboa.

Até ao final do ano de 1384, os esforços conjuntos do Mestre de Avis e de Nuno Álvares Pereira tomaram inúmeras praças, castelos e povoações que ainda se encontravam sobre controlo Castelhana.⁵²

⁵² Vide Anexo B, Figura n.º 7.

5.2. A Batalha de Atoleiros

Este foi o primeiro grande teste do jovem Nuno Álvares Pereira. Com a sua relativamente pequena hoste de 1400 homens, dirigia-se para Fronteira que se esperava que fosse cercada. A caminho suspendeu marcha por se deparar com as forças inimigas. Escolheu um terreno quase plano mas cortado a meio por uma ribeira. Adotando o dispositivo típico Inglês, composto por vanguarda, duas alas e retaguarda. Optou por espalhar os besteiros pelas duas alas. De salientar que Nuno Álvares, com receio que os peões tentassem fugir, espalhou no meio destes alguns homens de armas, “que os haveriam de sustar ou mesmo de matar.” (Monteiro, 2003).

O discurso de Nuno Álvares alusivo à justificação daquela guerra defensiva como sendo justa e a adoção de uma posição na vanguarda inspirou e motivou os homens para o confronto que se encontrava eminente. Sobre a visão desta posição Portuguesa, os Castelhanos decidem montar e atacar em carga. Dá-se então o embate entre cavalaria e tropa apeada em posição defensiva. “Desta forma, as tentativas de carga castelhanas sucediam-se, umas atrás das outras, sem qualquer êxito.” (Idem).

Para esta vitória valeu a Nuno Álvares o engenho do emprego de tropa apeada em posição defensiva, os besteiros nas alas e o terreno sabiamente escolhido que de frágil tinha apenas a aparência. Esta simples batalha teve um enorme significado. “Do ponto de vista tático, representou uma inovação (muito provavelmente de inspiração inglesa) na forma de combater em batalha campal.” (Ibidem).

5.3. D. João I Rei de Portugal

O ano de 1385 começa em pleno clima de luta contra as zonas ainda sobre o controlo Castelhana. O Mestre de Avis tentou de tudo para recuperar Torres Vedras mas sem sucesso. Decide então dirigir-se para Coimbra onde teriam lugar as famosas cortes, a 6 de abril, com o objetivo de eleger o décimo rei de Portugal. É eleito D. João I como Rei de Portugal. De louvar a intervenção do Doutor João das Regras em prol do Mestre de Avis. “A grande figura das Cortes não foi Nuno Álvares. Foi o Doutor João das Regras, o enteado de Álvaro Pais. A espada que ali se tinha de brandir era a palavra.” (Ruas, 2009). Aqui também ficou Nuno Álvares nomeado como Condestável.

Saindo de Coimbra, D. João I e o Condestável do reino viraram as suas atenções para o norte e neutralizaram inúmeras terras e praças que tinham voz por Castela. De salientar Braga, Caminha, Monção e Vila Nova de Cerveira.

Enquanto se davam estes acontecimentos no Minho, chegam a Lisboa dois barcos ingleses com 200 homens de armas e 200 arqueiros assim como grandes quantidades de trigo, farinha e toucinho. Posteriormente, mais alguns navios com combatentes ingleses chegariam a Portugal. No total pelo menos 640 mercenários ingleses, muitos deles veteranos da Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

D. Juan I ainda em abril decidiu realizar um ataque concêntrico a Portugal. Por Oeste, a sua frota estava de novo sobre Lisboa, e por Este, o monarca entrou em Portugal, mais especificamente, pelo Alentejo. De salientar o cerco a Elvas, o deslocamento pelas terras da Beira e o rumo a Viseu. Ao decidirem inverter tal percurso são emboscados por um exército das Beiras na região de Trancoso. A força Castelhana apresenta-se estendida por pelo menos três quilómetros e continha no seu núcleo prisioneiros. Na altura da batalha, a superioridade numérica Portuguesa e a eventual libertação dos prisioneiros integrados na carriagem Castelhana deram a vitória ao exército das Beiras.

“A conjugação do insucesso de D. Juan I na sua operação a Elvas (que abandonou ao fim de algumas semanas de assédio) com o desastre de Trancoso quase reduziu a pó o projeto de ataque concêntrico a Portugal (...) D. Juan I viu-se obrigado a modificar os seus planos e marchou para Cidade Rodrigo a partir de onde organizou uma nova e grande invasão de Portugal, que o haveria de conduzir aos campos de São Jorge, Aljubarrota.” (Monteiro, 2003).

Com efeito, D. Juan I entra em Portugal por Almeida e inflete para Celorico da Beira em direção a Coimbra e Soure. Em resposta, D. João I instala o seu quartel-general em Abrantes. Eram claras as intenções Castelhanas de avançar sobre Lisboa. Se assim fosse a capital não iria resistir como da última vez. A hoste Portuguesa avançou de Abrantes para Tomar, procurando barrar o caminho ao seu adversário. Este por sua vez, opta por rumar por Pombal e chega a 12 de agosto de 1385 a Leiria. Correspondendo à tendência de se aproximar do litoral, a hoste Portuguesa, “onde, recorde-se seguia já um número bastante elevado de auxiliares Ingleses e Gascões” (Monteiro, 2003), aproxima-se igualmente até chegar a Porto de Mós. Os castelhanos querendo evitar o combate optaram por rumar por Alcobaça. “Foi justamente nesse troço do seu trajeto que, no dia 14 de agosto, D. João lhes saiu ao caminho, disposto a vencer ou morrer.” (Idem).

Capítulo 6

Aljubarrota 1385

6.1. Aljubarrota Segundo João Gouveia Monteiro

O presente capítulo onde se insere o estudo da batalha de Aljubarrota (1385) terá como principal contributo a obra de Gouveia Monteiro, intitulada de “Aljubarrota Revisitada”. Este autor realizou no território onde se deu a batalha diversas escavações para confirmar, infirmar e trazer algo de novo para o dossier nunca encerrado relativo à batalha de Aljubarrota. Para facilitar a abordagem à batalha dividi-la-emos por tópicos. Destaca-se ainda que a realização de escavações e de estudos sobre o assunto tem sempre uma conotação de suposição, sendo que nunca se saberá ao certo como se deram os acontecimentos. No entanto, podem tirar-se retirar conclusões lógicas e sensatas.

6.2. A Organização do Terreno

6.2.1. Obstáculos Naturais

Como é de conhecimento geral, a ocorrência de Aljubarrota deveu-se à corajosa iniciativa Portuguesa. “Os castelhanos marchavam em direção a Lisboa, que tencionavam voltar a sitiar por mar e por terra. Pelo caminho, passariam decerto pela poderosa praça de Santarém, que tinha voz por D. Juan I, onde reuniriam reforços e meios para partir poderosamente ao assalto da capital.” (Monteiro, 2001).

A ameaça eminente sobre Lisboa fez com fosse urgente forçar uma batalha decisiva, de preferência com o inimigo já bem no interior de Portugal, de modo a interromper a sua extensa linha de comunicação, mas a uma distância ainda razoável da capital para que caso a batalha em Aljubarrota não tivesse sucesso ainda existisse alguma margem de manobra para os defensores em Lisboa.

No dia anterior da batalha, a 13 de agosto de 1385, Nuno Álvares, acompanhado de cerca de 100 auxiliares, entre eles ingleses veteranos da Guerra dos Cem Anos, realizou

um reconhecimento montado aos atuais lugares de Cela, Golfeiros, Casal Novo, Casal do Alto e Picoto. Na manhã de 14 de agosto, a hoste lusa saiu de Porto de Mós e foi ocupar uma posição na região de S. Jorge.

A posição situava-se “no extremo norte do dorso de um planalto com poucos quilómetros de extensão, relativamente estreito e com orientação NE-SW. Tratava-se de uma posição magnífica, praticamente inexpugnável, pois era um ponto alto (cujo acesso se fazia por um declive com cerca de 10% de inclinação nos últimos 400 metros) e estava bem defendido à frente e dos lados pelos cursos de água que confluíam para o rio Lena.” (Idem). A par destas características, um assaltante vindo de norte teria também o Sol pela frente.

As forças castelhanas ao se depararem com tal cenário desmotivante decidiram contornar a posição portuguesa por Oeste. O movimento torneante Castelhana terminou com o seu estabelecimento junto ao lugar de Chão da Feira. Durante todo este tempo de movimentações e ajustes, as forças portuguesas inverteram o dispositivo para a retaguarda, deslocando-o para Sul cerca de 2km, e passaram a ter um terreno mais plano com uma inclinação de cerca de 2%. Deste modo teriam também o sol de frente. Assim, os Portugueses conseguiram incitar devidamente os Castelhanos a combater. A ideia de ter o exército português sempre atrás de si, condicionando a sua linha de comunicações não era de todo bem recebida pelos invasores.

Comparativamente à primeira posição esta segunda não seria tão claramente vantajosa. Esta encontrava-se “numa zona de estrangulamento natural do planalto de S. Jorge e achava-se bordejada, a nascente e a poente, por dias linhas de água (afluentes do ribeiro da Calvaria), coincidindo com outras tantas depressões do terreno.” (Ibidem).

O movimento torneante já era previsto e a nova posição pela frente não estava tão bem apoiada em algum obstáculo natural contudo, os flancos poderiam ficar bem protegidos. Aqui os castelhanos não iriam encontrar as dificuldades da primeira posição, mas teriam de avançar numa frente de cerca de 300 a 400 metros apenas. Os vales laterais que estreitaram a frente e impediram o envolvimento da posição portuguesa pelas alas castelhanas. Deste modo, sendo a frente limitada, a grande disparidade de números das duas forças seria atenuada, pelo facto de os castelhanos não poderem fazer uso de todos os seus homens no terreno. Valeu ao exército português a astúcia táctica e o reconhecimento prévio de ambas as posições que foram ocupadas, permitindo que cada português não tivesse sido obrigado a ter que se bater e vencer 4 a 5 castelhanos para obter a vitória. “Primeira lição a reter: em Aljubarrota, não é verdade que cada português tenha sigo

obrigado a lutar contra 4 ou 5 castelhanos. Não há-de ter faltado a valentia, mas de astúcia táctica também houve quanto baste. E como houve igualmente tempo suficiente para reconhecer bem o terreno em toda aquela região...”. (Monteiro, 2001).

Podemos destacar “a existência de uma linha de água, não nos extremos laterais do campo de batalha, mas na própria zona frontal, justamente onde se feriu o melhor da refrega, nas proximidades de um fosso ou vala transversal.” (Idem).

De obstáculos naturais podemos então, em jeito de resumo, salientar na primeira posição a inclinação acentuada do terreno e os ribeiros laterais e frontais que dificultavam de grande maneira o assalto pela força invasora. Na segunda posição, onde a batalha se desenrolou, de salientar a cobertura lateral por parte de dois ribeiros que davam segurança aos flancos da força portuguesa como também produziam o efeito de funil contra a força castelhana atenuando a sua vantagem numérica. De referir igualmente, a linha de água que se julga ter existido exatamente no local do combate.⁵³

6.2.2. Abatises

Fora da vertente dos obstáculos naturais temos também aqueles que foram elaborados pela hoste portuguesa. Durante o tempo torneante das forças castelhanas as forças de D. João I tiveram tempo de preparar abatises, “covas-de-lobo” e fossos e valas.

“Por abatises entende-se geralmente o corte e empilhamento de troncos e de ramos de árvores” (Monteiro, 2001). Estas foram utilizadas pelo rei D. João I por sugestão dos seus aliados ingleses. Segundo Gouveia Monteiro “devendo ter sido a primeira das prioridades do exército anglo-português a instalação de uma linha de abatises ou “palanque” diante das faces que flanqueavam a vanguarda”. Estas abatises contribuíram tanto para a proteção dos elementos da linha da frente como para a criação do efeito funil sobre a hoste inimiga.

⁵³ Vide Anexo B, Figura n.º 9.

6.2.3. Fossos e Valas

A hoste portuguesa teve também tempo para elaborar valas e fossos. “Antes de a batalha começar, a hoste anglo-portuguesa escavou à frente da sua posição uma vala transversal à já de si muito estreita frente de combate.” Gouveia Monteiro considera que “a segunda prioridade dos trabalhos de organização de “defesas acessórias” levados a cabo pela hoste anglo-portuguesa terá consistido na escavação de uma vala frontal de 300 a 400 metros, destinada a desarticular o adversário e a mantê-lo debaixo de tiro durante o maior espaço de tempo possível.”

Na ala Este do dispositivo, a chamada “ala dos namorados” era defendida por uma vala que “deve ter reforçado, ou até substituído, desse lado, o “abatis” destinado a proteger a ala leste” (Monteiro, 2001). Nesta vala especificamente os castelhanos referiram no seu relato como “caba tan alta” e julga-se que a vala terá tido a profundidade de um homem. É impossível determinar a verdadeira profundidade destas valas. As escavações revelam o fundo das mesmas mas dificilmente se consegue perceber qual seria o nível médio do solo naqueles tempos.

Em termos de valas e fossos destaca-se a existência de mais duas valas, a primeira “com 8.50 m de comprimento e orientação norte-sul”, a segunda, “com 49 m de comprimento, forma de arco abatido e orientação aproximada este-oeste” (Monteiro, 2001), foi algo modificado pelos trabalhos das casas e quintas que possam ter existido no local ao longo dos anos.

Em jeito de conclusão e relativamente aos fossos e valas, é praticamente certo que o exército Português tenha feito uso dos mesmos em comunhão com as abatisses, com o objetivo semelhante de dificultar e atrasar o avanço dos castelhanos. Do mesmo modo, pretendiam desorganizar o seu ataque expondo-os, o maior tempo possível aos arcos e bestas da força anglo-lusa.

Crê-se que a maioria destes fossos e valas estariam, de certa forma, camuflados com ramagens e outros materiais para atrasar a compreensão por parte do inimigo de todo o sistema defensivo criado. O resultado das escavações realizadas em jeito de estudo, permite identificar os principais fossos e valas e compreender o seu papel na batalha.⁵⁴

⁵⁴ Vide Anexo C, Figura n.º 11.

6.2.4. Covas-de-Lobo

Estas covas-de-lobo foram escavadas no solo em grande número e foram uma parte do complexo defensivo criado pelos Portugueses. Sendo de menores dimensões que as valas escavadas por todo o campo de batalha, as covas-de-lobo eram mais facilmente camufladas com ramagens. As suas dimensões, profundidade e orientação variavam. “a sondagem levada a cabo por Afonso do Paço no campo de batalha, em finais de 1958, pôs a descoberto 830 covas-de-lobo”, (Monteiro, 2001) estas encontravam-se maioritariamente dispostas perpendicularmente ao grande fosso mencionado anteriormente. Estas covas-de-lobo eram utilizadas numa vasta área intercaladas com valas de menores dimensões. A orientação destes obstáculos é substancialmente “convergente, formando uma espécie de V, com o vértice a apontar para o meio do planalto.” (Monteiro, 2001). Podemos daqui concluir também que as covas-de-lobo contribuíam para o efeito convergente do sistema de obstáculos ali criado.

Alcide de Oliveira, “afirma mesmo que depois da feitura dos abatisses e das valas, a terceira prioridade da hoste anglo-portuguesa, no seu afã de “organização do terreno”, constitui justamente na “camuflagem do obstáculo existente”, ou seja, no disfarce das “covas” através de ramagens”.⁵⁵

6.3. Configuração e Objetivos

Relativamente a este aspeto é de referir que, para além dos obstáculos naturais e artificiais previamente realçados, o dispositivo português “revela uma grande inteligência tática e uma notável capacidade para harmonizar “obstáculos naturais” (vales laterais, linhas de água) e “obstáculos artificiais” (abatisses, fossos, covas-de-lobo) num todo bastante coerente e extremamente funcional” (Monteiro, 2001). Não é possível realmente saber a verdadeira posição exata do dispositivo português, e se as campanhas arqueológicas demonstram algo de concreto, é que a reconstituição da posição anglo-portuguesa está longe de poder considerar-se encerrada.

Iremos aqui partir do pressuposto que a segunda posição adotada pelos portugueses foi intencional, prevista e preparada previamente. Em verdade, seria altamente improvável

⁵⁵ Vide Anexo C, Figura n.º 12.

que um resultado desta magnitude e categoria de execução fosse fruto do acaso e sorte. D. João não deu quaisquer hipóteses ao monarca castelhano para evitar o confronto. Caso se tivesse refugiado numa cidade D. Juan teria o caminho livre para conquistar e destruir o país.

Com a estratégia ofensiva portuguesa em procurar o confronto barrando o caminho aos castelhanos estes teriam que o fazer sobre pena de acabarem por ter um exército de tamanho considerável, e com experiência na guerra de guerrilha, na sua pegada destabilizando e, até mesmo, interrompendo a sua demasiado extensa linha de comunicações.

Segundo os estudos de Costa Veiga, as forças castelhanas ao recusar o combate na primeira posição, teriam inevitavelmente que efetuar o movimento torneante até à segunda posição, o que acabou por acontecer. A estratégia de Nuno Álvares e dos seus auxiliares ingleses e gascões⁵⁶ era rebuscada. “Apostaram o tudo por tudo, numa jogada de mestre: admitiram combater numa posição que lhes era extraordinariamente favorável, e depois, perante a previsível recusa castelhana e a movimentação da hoste de D. Juan I para um terreno alternativo igualmente possível de prever, inverteram o dispositivo e ocuparam uma ”segunda posição” aparentemente muito mais frágil mas, no fundo, igualmente boa e, sobretudo muito adequada à atitude tática defensiva.” (Idem).

Ao realizar esta alteração de terreno e dispositivo tático conseguiu-se criar na hoste castelhana uma sensação de vantagem e de confiança. Nada disto teria sido possível se o Condestável e os seus auxiliares não tivessem examinado cuidadosamente a região durante o dia anterior. Do mesmo modo a ocupação atempada da primeira posição foi chave para o sucesso do desenrolar dos acontecimentos.

Relativamente à ocupação da segunda posição, estima-se que a aliança anglo-lusa tenha disposto de 4 horas para otimizar a posição defensiva, com os meios que já referimos previamente. “Assim, abateram, arrastaram e empilharam alguns pinheiros, escavaram algumas valas (frontal e lateralmente) e abriram uma grande quantidade de covas-de-lobo no terreno, que posteriormente disfarçaram com ramagens, gravetos e outros materiais.” (Ibidem). Não se exclui de todo a hipótese de alguns destes elementos terem sido preparados de ante mão, possivelmente no dia anterior.

A ocultação dos obstáculos veio a revelar-se de extrema importância. D. Juan enviou, ao acampamento português, três embaixadores para dialogar com Nuno Álvares e

⁵⁶ Originários do sudoeste de França, território ocupado pelos Ingleses neste período.

para espiar o que lhes fosse possível. Não tendo detetado sinais dos mecanismos de defesa, a hoste inimiga não foi alertada e consequentemente puderam ter o efeito desejado.

O principal objetivo tático destes obstáculos seria o de oferecer um obstáculo transversal a todo o campo de batalha, como era o caso da grande vala e canalizar o ataque do adversário por um corredor, através do uso de covas-de-lobo e de abatises. Tal como a definição de obstáculo indica, este só o é caso esteja a ser batido pelo fogo e, neste caso, os fossos e covas-de-lobo, para além de desarticular a carga da cavalaria castelhana, atrasaria e afunilaria o avanço das tropas inimigas tornando-as num alvo mais fácil para o “grande poder de tiro da hoste portuguesa, cujos corpos de besteiros, posicionados nas alas, foram largamente reforçados por cerca de três centenas de arqueiros ingleses.” (Monteiro, 2001).

De reter que “a hoste anglo-portuguesa concentrou os seus esforços num método muito específico de receção do ataque adversário, apostando tudo na proteção dos flancos, na eficácia do poder de tiro dos seus besteiros e arqueiros e, sobretudo, no efeito surpresa provocado pelos obstáculos distribuídos pelo terreno.” (Idem). Os efeitos foram devastadores e a desorganização dramática.⁵⁷

6.4. Viabilidade

Para assumir que os acontecimentos assim se deram, há que estudar alguns pormenores que garantem a viabilidade desta modalidade. Assim sendo, relativamente ao tempo e meios disponíveis para preparação dos dispositivos defensivos, acredita-se que a hoste portuguesa tenha tido cerca de 4 horas enquanto o dispositivo era invertido para realizar os trabalhos necessários. As características do terreno em muito ajudaram à realização dos trabalhos, este “apresentar-se-ia macio, húmido e fácil de trabalhar, sendo coberto por arbustos rasteiros, urzes e estevas, ou seja, por plantas próprias da charneca e boas para camuflar o conjunto do dispositivo.” (Monteiro, 2001).

⁵⁷ Vide Anexo B, Figura n.º 8.

6.5. O “Corredor da Morte” ou o “Efeito de Funil”

O dispositivo defensivo montado tinha como principais objetivos o atrasar, desorganizar e canalizar a investida castelhana. Este efeito canalizador ocorreria de ambas as alas para o centro, com as tais covas-de-lobo e abatises. Isto iria gerar um “fenómeno de aglomeração maciça no meio do planalto.” (Monteiro, 2001).

Deste modo, consegue evitar-se não só o risco de envolvimento pelos flancos como também criar uma zona de morte concentrada de inimigos, ideal para a exposição ao tiro neurobalístico ao dispor de D. João I. “O exército de Nuno Álvares respondeu à penetração “em cunha” adversária através de uma “tesoura” ou “tenaz”, dentro da qual comprimiu o seu opositor, num período de tempo extremamente reduzido.” (Idem).

O efeito de funil teve um resultado estrondoso pela quantidade de mortes que causou. “Os portugueses saqueavam o campo à vontade e muitos dos que jaziam mortos não tinham ferida nenhuma.” (Ibidem). Podemos então extrair daqui que o efeito funil terá provocado uma compressão tal que foi enorme o número de vítimas por esmagamento ou sufocação.

6.6. O Poderio dos Dois Exércitos

Relativamente a este ponto, teremos que falar, inevitavelmente, da quantidade de combatentes que cada força teria. Nunca se conseguirá saber o número exato, mas poderemos chegar a uns valores bastante aproximados. Os autores de Castela teriam certamente inflacionado os números portugueses. Do mesmo modo, os autores portugueses teriam inflacionado os números castelhanos, para dar ainda mais valor à vitória em Aljubarrota.

Segundo Gouveia Monteiro e a sua análise com base em vários autores como Fernão Lopes, Pero López de Ayala e Froissart, acredita-se que “D. Juan I traria consigo a 14 de agosto de 1385, um número da ordem dos 20.000 combatentes, enquanto do outro lado, o recém-eleito monarca de Portugal, contaria com a presença de um pouco menos de 10.000 homens.” (Monteiro. 2001). Mesmo estes não sendo os valores que muitas vezes vemos a serem falados de razões de 3 para 1, é de notar a clara superioridade numérica das forças franco-castelhanas.

Relativamente a este tópico é muito importante referir que o poderio castelhano e o seu esmagadoramente superior potencial de combate não pode ser todo empregue. Em boa verdade estima-se que aproximadamente cerca de 5,000 homens, se tenham realmente empenhado em combate. O estreitamento da frente pela utilização correta dos obstáculos, o estudo do terreno e o efeito funil criado, acabou por distorcer por completo a vantagem em potencial humano de Castela.

“Ali houve dura e feroz peleja e muitos homens derrubados, e os Portugueses não estavam em vantagem, mas combateram valorosamente e com bravura, ou de outra guisa estariam perdidos. E o que mais os salvara e guardava era que ninguém podia alcançá-los senão por uma estreita passagem.” (Laranjinha, 2008).

Sobre ambas as forças, temos ainda a salientar, que tinham estados de espírito bastante diferentes. De um lado tínhamos as forças franco-castelhanas com uma grande quantidade de cavaleiros franceses jovens, inexperientes, imprudentes e desejosos de se provarem em batalha. “Muitos deles jovens mancebos desejosos de provar as armas” (Monteiro, 2001). Demasiado empolgados acabariam por cair ignorantemente na enorme armadilha montada pelos portugueses.

Por outro lado temos as forças anglo-lusas que combateram desesperadamente para se defenderem, para defenderem as suas famílias, as suas terras, a sua nação. “Forma desesperada como combateram os homens de D. João I, cientes de que chegara a sua hora e de que apenas superando-se a si mesmos poderão ter uma chance de inclinar a seu favor a roda da Fortuna.” (Idem). Para estes homens só havia uma opção, vencer ou morrer.

6.7. O Armamento Utilizado em Batalha

Neste sangrento confronto existiam combatentes de diferentes classes e, como todos sabemos, o armamento e equipamento varia de acordo com as posses e posição social de cada um. Aqui resumiremos os principais equipamentos presentes na batalha.

6.7.1. Armamento/Equipamento Defensivo

“- Bacinete” para proteção da cabeça (alguns dos quais com viseira móvel);

- “Camal”⁵⁸ (Um colar ou avental de pescoço, feito de malha de ferro e que se encontrava geralmente ligado à peça que protegia a cabeça);
- “Cota de malha/loriga” (defesas em malha, formadas por uma rede de anéis metálicos entrelaçados, fabricados em arame de aço) ou solha/couraça (estas últimas em couro fervido, forradas interiormente por telas de estopa de cânhamo, entre as quais eram embutidas lâminas de ferro), para proteção do tronco;
- “Braçal/rebraço” (provavelmente já em placa metálica), para defesa dos membros superiores;⁵⁹
- “Loudel”, vestido por baixo ou por cima do restante equipamento, como amortecedor dos golpes sofridos durante o combate ou (sendo vestido por baixo) como dissuasor do sobreaquecimento e raspagem da pele.

6.7.2. Armamento/Equipamento Ofensivo

- Armas de tiro neurobalístico, como os arcos longos⁶⁰ (ingleses) e as bestas (portuguesas);
- Outras armas de arremesso, por propulsão muscular, como pedras e dardos;
- Armas de haste, em especial o Pique (arma fundamental para receber a carga de cavalaria);⁶¹
- “Armas de choque”, com destaque para as achas de armas/fachas e, muito provavelmente, para os martelos-de-armas (uma arma de cabo robusto, geralmente cilíndrico, em ferro ou em aço, equipado com uma cabeça composta por uma barra do mesmo material apresentado, de um dos lados, uma ponta aguçada e, do outro, uma superfície grossa e plana) e para as maças de armas (cacetes curtos, com um cabo cilíndrico e uma cabeça de ferro, de forma esférica ou equipada na sua parte superior com uma série de lâminas dispostas radialmente).”
- “Armas de mão”, nomeadamente espadas/estoques, adagas, punhais, cutelos e outras peças congêneres.

⁵⁸ Vide Anexo D, Figura n.º 14.

⁵⁹ Vide Anexo D, Figura n.º 13.

⁶⁰ Vide Anexo D, Figura n.º 16.

⁶¹ Vide Anexo D, Figura n.º 15.

6.8. O Ataque Franco-Castelhano

A fase nuclear deste combate foi precisamente a investida franco-castelhana, a reação anglo-lusa e o resultado final do ataque. Foi aqui que ficou praticamente decidido o confronto e onde o movimento de pinça recebeu o condicionado funil inimigo. Podemos então referir os seguintes pontos em jeito de resumo:

- A impetuosa vanguarda castelhana (essencialmente constituída por tropas auxiliares francesas) inicia o ataque, muito provavelmente a cavalo. Este ataque foi rechaçado nos obstáculos e fortificações criadas antecipadamente. O efeito surpresa dos obstáculos e a arrogância do inimigo maximizaram o efeito dos mesmos. Para dar continuidade ao ataque a maioria dos cavaleiros franceses têm que apeiar e prosseguir pesadamente debaixo do peso das suas armaduras. Enquanto isto, o inimigo encontra-se aglomerado e completamente exposto.

- A cavalaria inimiga aqui destruída nesta primeira fase, condicionou o sucesso da segunda fase. A nobreza aniquilada fez com que se assistisse à ausência de liderança, bem como o forte condicionamento de espaço criado pela presença dos cavaleiros na zona central do dispositivo.

- Ao se aperceber deste facto, D. Juan I decide mandar avançar. Ao ver que a batalha está a ser travada apeada os cavaleiros começam logo a desmontar e a avançar até à linha inimiga. Cortam as pesadas lanças para as aligeirar para o combate corpo a corpo que se avizinha.

- Ao longo de todo este processo as forças inimigas são crivadas constantemente por flechas e virotões lançados pelos atiradores anglo-lusos. O efeito funil, a aglomeração, a lentidão do seu progresso tornou nos castelhanos os melhores alvos possíveis e o número de baixas era enorme. Estes minutos terão sido os mais decisivos na batalha.

- As alas castelhanas, prontas para fazer o tradicional movimento envolvente, não o fizeram devido aos condicionamentos do terreno, e como tal não foram empenhadas. A ala direita de Castela acabou por nos períodos finais da batalha sair e envolver a retaguarda portuguesa, mesmo nos seus elementos de abastecimento que, formando um dispositivo defensivo circular com as carroças, resistiram à investida.

- Os homens de armas de D. João I mantiveram-se sempre apeados, sempre moralizados por algum cavaleiro mais experiente nas proximidades e estiveram sempre

prontos a receber as investidas quer montadas quer apeadas dos seus inimigos. O seu esforço foi sempre mencionado pelos historiadores ao longo do tempo.

Capítulo 7

Conclusões e Recomendações

7.1. Introdução

O seguinte capítulo servirá para responder às questões orientadoras formadas no início desta investigação. Após o estudo feito e as obras consultadas conseguiremos dar respostas devidamente fundamentadas com toda a informação pertinente das fontes bibliográficas.

Tanto as hipóteses como as questões derivadas foram elaboradas tendo em vista a orientação da investigação. Ao confirmarmos ou infirmarmos as hipóteses e ao darmos resposta às questões derivadas, conseguiremos ir ao encontro da resposta à questão de partida da investigação. Neste capítulo faremos referência às recomendações do autor e às dificuldades sentidas na realização deste trabalho. Por fim, terminaremos com algumas propostas de investigações futuras relacionadas com o tema abordado.

7.2. Verificação das Hipóteses e Questões Derivadas

Relativamente à questão derivada n.º 1 – “Como surgiu e se desenvolveu a aliança anglo-lusa?” – podemos destacar que a mesma surgiu na sequência da segunda guerra fernandina (1372-1373), decorrente da posição de D. Fernando relativamente à influência da França e da Inglaterra na Guerra Civil de Castela (1366-1369) e na Guerra dos Cem Anos (1337-1453). No contexto dos conflitos referidos, e em particular na Península Ibérica, era de interesse Inglês ter como aliado o rei Português. Do mesmo modo, Portugal também tinha interesse em se aliar a Inglaterra de modo a poder receber apoio militar e político nos seus confrontos com Castela.

Relativamente à questão derivada n.º 2 – “Quais foram as inovações táticas apresentadas pela escola Inglesa no período em estudo?” – podemos observar que na transição do século XII para o século XIII, em resultado da experiência no conflito anglo-

escocês (1297-1357), a Inglaterra consolidou uma inovadora forma de atuar baseada em alguns aspectos principais. São eles, o dispositivo que é formado numa posição escolhida e preparada, fazendo uso da organização do terreno. Deste modo utilizam-se obstáculos naturais do terreno (linhas de água e declives) e artificiais (valas, fossos, abatases e covas de lobo). Este dispositivo era composto, em primeiro escalão, por uma vanguarda onde se dava a valorização da tropa apeada que recebe o choque da carga da cavalaria e por duas alas onde se concentrava o poder de fogo neurobalístico. Este dispositivo e a sua preparação permite criar um efeito de concentração das forças inimigas e de canalização, estreitando a sua frente. De referir que o efeito funil criado pela canalização das alas e os respetivos obstáculos, impossibilita a utilização de todo o potencial de combate inimigo.

A hipótese n.º 1 – “O inovador sistema tático Inglês tinha como principal elemento a aplicação da tropa apeada contra a cavalaria.” – confirma-se parcialmente. Não podemos afirmar que a aplicação da tropa apeada contra a cavalaria é o principal elemento. As inovações táticas Inglesas apresentam uma relação de simbiose entre elas. Todos os aspectos acima referidos têm o seu valor para que o resultado final seja positivo.

Relativamente à questão derivada n.º 3 – “Quais foram as inovações de equipamentos apresentadas pela escola Inglesa no período em estudo?” – podemos referir que o inovador dispositivo Inglês pressupunha a utilização de alguns equipamentos específicos.

A tropa apeada que recebe a poderosa carga de cavalaria e a repele está munida de piques. Armas de haste longas, com lâminas nas pontas, que nas mãos de guerreiros em formações cerradas, permitem criar uma autêntica muralha de piques. As extremidades traseiras podem ser fixas no solo para melhor aguentar o embate da carga de cavalaria. Estas armas podiam ser apontadas aos cavaleiros ou até aos próprios cavalos.

Nas alas encontramos todo o poder neurobalístico. Era importante que os inimigos fossem batidos constantemente enquanto estavam expostos nos obstáculos e concentrados ao centro. O arco longo inglês tinha bastantes vantagens em relação à besta do mesmo período. Era superior em alcance, simplicidade de manejo e, muito importante, cadência de tiro. O poder de fogo era de tamanha importância que os Ingleses tinham corpos de elite de arqueiros equipados com o arco longo.

A hipótese n.º 2 – “O inovador sistema Inglês, de relevo, apresentou o arco longo.” – confirma-se, contudo, não foi apenas essa a única inovação apresentada pelo inovador sistema Inglês. Para que o dispositivo funcionasse o inovador sistema Inglês apresentou também o pique, como referido acima.

Relativamente à questão derivada n.º 4 – “Como se processou, concretizou o apoio militar de Inglaterra em Portugal durante a crise?” – podemos fazer referência ao envio de militares e de altas patentes para combater e auxiliar Portugal. Em Atoleiros existiam concelheiros Ingleses que desempenharam um papel importante junto de Nuno Álvares Pereira que aí adotou um dispositivo tático muito à imagem do característico da nova escola militar Inglesa. Aqui assistiu-se à adoção de uma postura defensiva em local escolhido, à aplicação da tropa apeada contra a cavalaria inimiga e à constituição de duas alas onde foi concentrado o poder de fogo. Este dispositivo permitiu a Nuno Álvares obter uma vitória contra um inimigo muito superior.

A hipótese n.º 3 – “O apoio de Inglaterra em Portugal fez-se não só pelo envio de homens para fazer a guerra, como também de patentes mais altas para auxiliar e aconselhar o comando Português.” – é confirmada totalmente, e a presença de conselheiros Ingleses com Nuno Álvares Pereira e os experientes militares Ingleses presentes no conflito comprovam isso mesmo.

Por fim, relativamente à questão derivada n.º 5 – “Como se observa a expressão das inovações militares Inglesas na batalha de Aljubarrota?” existe todo o sexto capítulo dedicado especificamente em responder à mesma. Em Aljubarrota podemos observar o confronto entre as duas escolas militares de referência, a Inglesa e a Francesa. Do lado de Castela temos a influência da escola francesa e do lado de Portugal temos a influência da escola Inglesa. Esta influência traduziu-se nos aspetos seguintes:

Dispositivo que é formado numa posição escolhida e preparada, fazendo uso da organização do terreno. A segunda posição portuguesa estava ladeada por ribeiros que conferiam proteção nos flancos. Aqui foram criados obstáculos artificiais tais como a grande vala transversal, abatises, essencialmente nos flancos e fossos e covas de lobo, devidamente camuflados, em forma de V com a extremidade a apontar para o centro do dispositivo Português. Estes obstáculos atrasavam, desorganizavam e canalizavam o ataque para uma frente cada vez mais estreita. O efeito de funil criado sobre os inimigos permite criar um efeito de concentração das suas forças. Os alvos concentrados tornam-se alvos ideais para o poder de fogo vindo das alas. De referir também que a grande concentração dos inimigos levou à morte de muitos destes quer por esmagamento quer por asfixia.

Este dispositivo era composto por dois escalões. O primeiro escalão possuía uma vanguarda com tropa apeada, munida de piques, que recebe o choque da carga da cavalaria francesa, e por duas alas onde se concentrava o poder de fogo neurobalístico. Aqui assistiu-se ao emprego do famoso arco longo inglês. O segundo escalão era composto por forças

apeadas e possivelmente montadas que intervinham em auxílio do primeiro escalão onde e do modo que fosse necessário.

A hipótese n.º 4 – “Durante a crise de 1383-1385, podemos observar a influência militar Inglesa através da atitude e disposição das forças com carácter defensivo.” – esta hipótese está confirmada totalmente. Este dispositivo era composto por todos os elementos acima mencionados. A disposição das forças segundo a nova escola inglesa permitiu a Portugal obter a vitória sobre um inimigo muito superior em número, meios e equipamentos.

7.3. Resposta à Questão de Partida e Reflexões Finais

Este trabalho teve como questão de partida: “De que forma se manifestou em Portugal, durante a crise de 1383-1385, a influência das inovações militares inglesas?”. A pesquisa deste trabalho foi orientada no sentido de lhe dar resposta. Aqui foram abordados vários parâmetros onde podemos evidenciar a influência militar Inglesa.

Em Portugal, foi no reinado de D. Fernando, antes da crise de 1383-85, mais especificamente nas guerras fernandinas, que se estabeleceu a aliança militar com Inglaterra.

Portugal posicionou-se no contexto internacional da Guerra dos Cem Anos (1337-1453), do lado de Inglaterra. Do lado oposto encontrava-se a França com o apoio de Castela.

No conflito militar entre Portugal e Castela durante a crise de (1383-1385), Portugal vai receber o apoio militar Inglês. A sua influência é aplicada logo na Batalha de Atoleiros (1384). Aqui o dispositivo e os elementos inovadores Ingleses estavam bem presentes. A vitória foi conseguida contra os opositores castelhanos que combatiam segundo as características francesas.

A liderança do Mestre de Avis continua e reforça a aliança com Inglaterra e o desfecho da crise de 1383-1385, com a Batalha de Aljubarrota (1385) expressa precisamente a importância do apoio militar inglês em Portugal. Esta influência permitiu defender a independência nacional contra um inimigo bastante superior.

7.4. Recomendações

É sempre preferível aprender com situações passadas do que com os nossos erros. A História está cheia de episódios que podemos analisar e deles retirar ensinamentos com aplicações práticas intemporais. Por esse processo de decisões certas e erradas passaram os Ingleses na evolução da sua nova escola militar. Podemos retirar ensinamentos do passado com as vantagens das boas relações, a análise das inovações existentes contra as escolas mais correntes e conservadoras. O não ter medo de inovar e, acima de tudo, saber aprender e crescer com quem sabe mais que nós.

Hoje há que saber reconhecer as fragilidades e potencialidades de cada um. Há que ter orgulho na nossa História e honrar os ensinamentos deixados como legado dos nossos avós. Evoluir e nunca estagnar, arranjando sempre alternativas para melhor responder às dificuldades do presente.

7.5. Limitações da Investigação

No decorrer de todo o período de elaboração do presente trabalho foram surgindo algumas limitações. A limitação de páginas é um parâmetro que, se por um lado apela à nossa capacidade de síntese, por outro, condiciona a explicação de alguns aspetos de relevância mediana. Mencionando esses aspetos, obteríamos um nível diferente de elaboração e capacidade de relatar melhor o quadro geral dos acontecimentos.

A existência de um prazo a cumprir apela ao nosso sentido de responsabilidade para obter o produto final. A inexistência de prazos intermédios e a nossa inexperiência na realização de trabalhos desta natureza, veio a fazer com que a gestão do tempo fosse algo dificultada. O planeamento acabou por não ser devidamente cumprido, devido às diferentes importâncias que foram dadas a aspetos que não o mereciam.

Sendo um trabalho na área da História, relativamente às fontes bibliográficas consultadas, estas por vezes não apresentavam dados específicos que seriam de utilidade para o trabalho. De referir, alguns dados numéricos relativos a algumas batalhas. De modo semelhante, aquelas que apresentavam os tais dados numéricos, por vezes, registava-se alguma discrepância nos valores. Sendo assim coube ao autor fazer essa escolha e em que dados mais confiar.

7.6. Propostas de Investigações Subsequentes

Para trabalhos futuros relacionados com este tema propõe-se a elaboração de uma investigação sobre a evolução das táticas medievais pela Europa. Ao contrário do tema deste trabalho, que restringe o tema no espaço e no tempo, à crise de 1383-1385 em Portugal, este seria mais geral, possivelmente, entre os séculos XIII e XV. Este estudo teria a valência de não se restringir à escola militar Inglesa mas, também, falar em alguns países como Itália, Escandinávia e Hungria. Ao longo destes anos abordaríamos as modificações nas táticas, orgânicas e equipamentos com a entrada das armas de fogo no contexto Europeu.

Bibliografia

Academia Militar (2013) *NEP 520/DE, de 30 de junho*.

Armstrong, Pete (2002) *Bannockburn 1314 Robert Bruce's great victory*. Osprey Publishing, Ltd.

Armstrong, Pete (2003) *Stirling Brigde & Falkirk 1297-98 William Wallace's rebellion*, Osprey Publishing, Ltd.

Barroca, Mário & Duarte, Luís & Monteiro, João (2003) *Nova História Militar de Portugal volume I*, Circulo de Leitores.

Bartlett, Clive (1995) *English Longbowman 1330-1515*, Osprey Publishing, Ltd

Curry, Anne (2002) *The Hundred Years' War*, Osprey Publishing, Ltd.

Laranjinha, A. & Barroca, M. (2008) *Jean Froissart, Crónicas – Duas passagens relativas a Aljubarrota*, Fundação Batalha de Aljubarrota.

Loads, Mike (2013) *The Longbow*, Osprey Publishing, Ltd.

Martins, Ferreira (1945) *História do Exército Português*, Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.

Monteiro, João Gouveia (2000) *A Aventura da Guerra no Portugal Medieval*, Máthesis p. 221-231

Monteiro, João Gouveia et al. (2001) *Aljubarrota Revisitada*, Coimbra, Imprensa da Universidade

Monteiro, João Gouveia (2003) *Aljubarrota – 1385 – A Batalha Real*, Lisboa: Tribuna da História.

Nicolle, David (2000) *Crécy 1346 Triumph of the Longbow*, Osprey Publishing, Ltd.

Nicolle, David (2004) *Poitiers 1356 The capture of a king*, Osprey Publishing, Ltd.

Nicolle, David (2012) *European Medieval Tactics (2) New Infantry, New Weapons 1260-1500*, Osprey Publishing Ltd.

Nicolle, David (2012) *The Portuguese in the Age of Discovery c. 1340-1665*, Osprey Publishing, Ltd.

Ruas, Henrique Barrilaro (2009, abr.) *Vida do Santo Condestável*, 4.^a edição. Lisboa: Editorial Aster, Lda.

Serrão, Joaquim Veríssimo (1985) *Aljubarrota 600 Anos*, Ciclo de Conferências da Sociedade Histórica da Independência de Portugal

Apêndices

Apêndice A: Dados da Batalha de Stirling Bridge (1297)**Quadro n.º 1 – Dados da Batalha de Stirling Bridge (1297)**

Nome da batalha	Stirling Bridge	
Contexto	Guerra Anglo-Escocesa (1296-1357)	
Data	11 de setembro de 1297	
Local	Stirling – Escócia	
Forças opositoras/Líderes	Inglêses / John of Warrene	Escoceses / William Wallace, Sir Andrew Murray
Piqueiros ou outra tropa a pé	5650	6000
Arqueiros/Besteiros	850	400
Elementos de Cavalaria	200	180
Total de Homens	6700	6580
Principais elementos decisivos para o desfecho	Condiçõamentos do terreno. Postura inicialmente defensiva dos escoceses e posterior ataque oportuno.	
Desfecho	Derrota	Vitória

Fonte: (Armstrong, Pete 2003)

Apêndice B: Dados da Batalha de Falkirk (1298)**Quadro n.º 2 – Dados da Batalha de Falkirk (1298)**

Nome da batalha	Falkirk	
Contexto	Guerra Anglo-Escocesa (1296-1357)	
Data	22 de julho de 1298	
Local	Falkirk – Escócia	
Forças opositoras/Líderes	Inglêses / Rei Edward I	Escoceses / William Wallace
Piqueiros ou outra tropa	7000	8000

apeada		
Arqueiros/Besteiros	5900	1500
Elementos de Cavalaria	2250	500
Total de Homens	15150	10000
Principais elementos decisivos para o desfecho	Uso do arco longo sobre as formações cerradas de infantaria escocesa.	
Desfecho	Vitória	Derrota

Fonte: (Armstrong, Pete 2003)

Apêndice C: Dados da Batalha de Bannockburn (1314)

Quadro n.º 3 – Dados da Batalha de Bannockburn (1314)

Nome da batalha	Bannockburn	
Contexto	Guerra Anglo-Escocesa (1296-1357)	
Data	23-24 de junho de 1314	
Local	Bannockburn – Escócia	
Forças opositoras/Líderes	Ingleses / Rei Edward II	Escoceses / Rei Robert I
Piqueiros ou outra tropa apeada	11000	6000
Arqueiros/Besteiros	450	1500
Elementos de Cavalaria	2250	350
Total de Homens	13700	7850
Principais elementos decisivos para o desfecho	Emprego de infantaria contra a cavalaria em terreno preparado e vantajoso.	
Desfecho	Derrota	Vitória

Fonte: (Armstrong, Pete 2002)

Apêndice D: Dados da Batalha de Crécy (1346)**Quadro n.º 4 – Dados da Batalha de Crécy (1346)**

Nome da batalha	Crécy	
Contexto	Guerra dos Cem Anos	
Data	23 de agosto de 1346	
Local	Crécy - França	
Forças opositoras/Líderes	Inglêses / Rei Edward III	Franceses / Rei Filipe VI
Piqueiros ou outra tropa a pé	3500	14000
Arqueiros/Besteiros	5500	6000
Elementos de Cavalaria	Desconhecido	7000
Total de Homens	9000	27000
Principais elementos decisivos para o desfecho	Emprego do arco longo contra os besteiros e a cavalaria francesa em terreno vantajoso.	
Desfecho	Vitória	Derrota

Fonte: (Nicolle, David 2000)

Apêndice E: Dados da Batalha de Poitiers (1356)**Quadro n.º 5 – Dados da Batalha de Poitiers (1356)**

Nome da batalha	Poitiers	
Contexto	Guerra dos Cem Anos	
Data	19 de setembro de 1356	
Local	Poitiers - França	
Forças opositoras/Líderes	Inglêses / Edward the Black Prince	Franceses / Rei John II
Piqueiros ou outra tropa a pé	---	---

Arqueiros/Besteiros	---	---
Elementos de Cavalaria	---	---
Total de Homens	---	---
Principais elementos decisivos para o desfecho	Emprego do arco longo contra os besteiros e a cavalaria francesa em terreno vantajoso.	
Desfecho	Vitória	Derrota

Fonte: (Nicolle, David 2004)

Apêndice F: Dados da Batalha de Nájera (1367)

Quadro n.º 6 – Dados da Batalha de Nájera (1367)

Nome da batalha	Nájera	
Contexto	Guerra civil de Castela / Guerra dos Cem Anos	
Data	3 de abril de 1367	
Local	Nájera - Castela	
Forças opositoras/Líderes	Castelhanos e Ingleses / D. Pedro e Edward the Black Prince	Castelhanos e Franceses / Rei Henrique II e Du Guesclin
Piqueiros ou outra tropa apeada	---	---
Arqueiros/Besteiros	---	---
Elementos de Cavalaria	---	---
Total de Homens	---	---
Principais elementos decisivos para o desfecho	Emprego do arco longo contra castelhanos, impedindo a sua manobra e fazendo muitos fugir da batalha.	
Desfecho	Vitória	Derrota

Fonte: (Nicolle, David 2012)

Apêndice G: Dados da Batalha de Aljubarrota (1385)**Quadro n.º 7 – Dados da batalha de Aljubarrota (1385)**

Nome da batalha	Aljubarrota	
Contexto	Crise de 1383-1385 em Portugal / Guerra dos Cem Anos	
Data	14 de agosto de 1385	
Local	Aljubarrota – Portugal	
Forças opositoras/Líderes	Portugueses e Ingleses / D. João I e D. Nuno Alvares Pereira	Castelhanos e Franceses / Rei Juan I
Piqueiros ou outra tropa apeada	---	---
Arqueiros/Besteiros	---	---
Elementos de Cavalaria	---	---
Total de Homens	10000	20000
Principais elementos decisivos para o desfecho	Preparação adequada do terreno, utilização de obstáculos para produzir o efeito “funil”, uso da infantaria apeada contra a cavalaria e emprego de fogos neurobalísticos	
Desfecho	Vitória	Derrota

Fonte: (Monteiro, Gouveia 2001)

Anexos

Anexo A: Antecedentes na Europa e em Portugal**Figura n.º 1 – A Primeira Guerra Fernandina**

Fonte: (Monteiro, 2003, p. 253, *in* Oliveira Marques, 1987, p. 513)



Figura n.º 2 – A Segunda Guerra Fernandina

Fonte: (Monteiro, 2003, p. 255, *in* Oliveira Marques, 1987, p. 517)

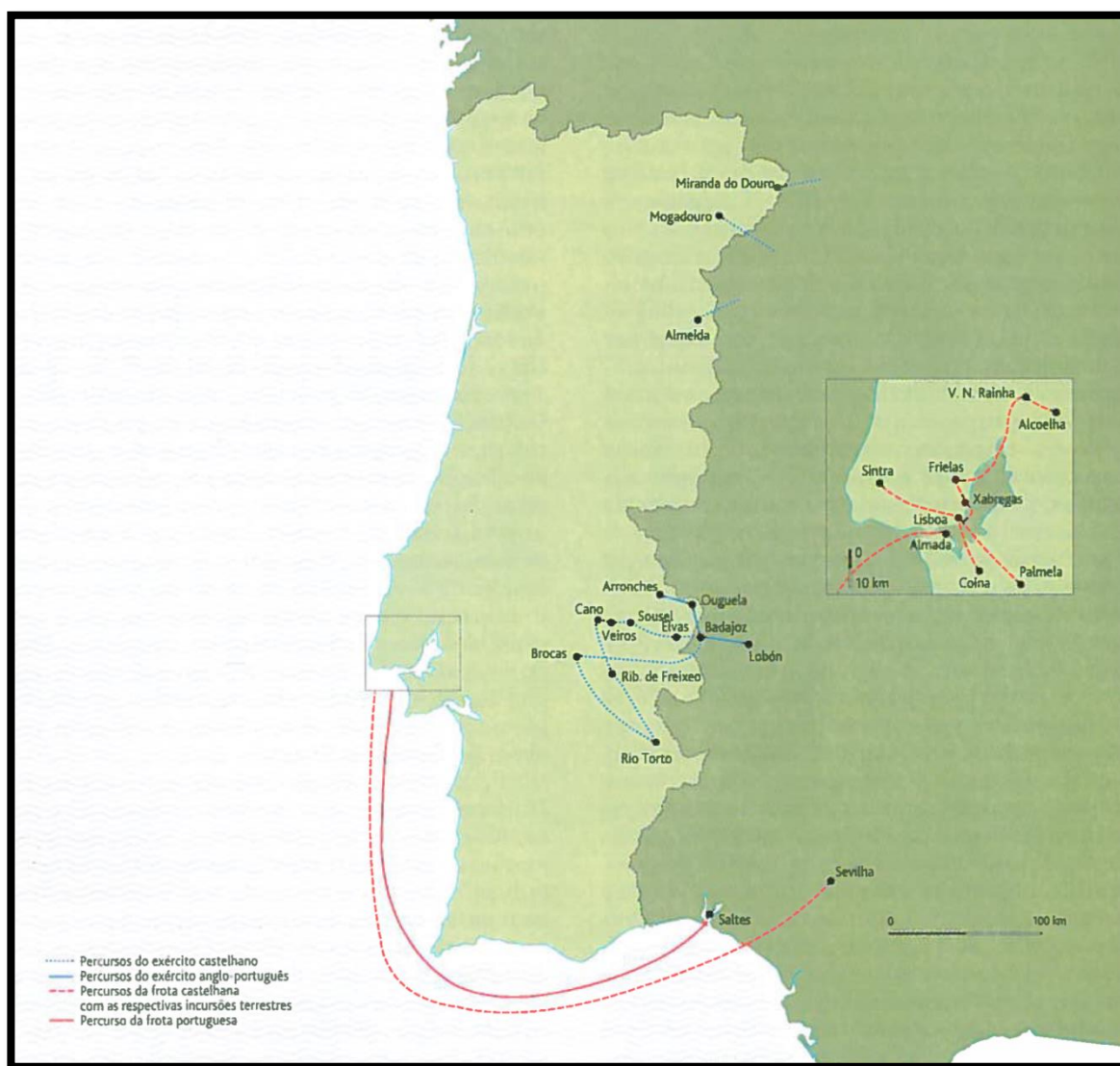


Figura n.º 3 – A Terceira Guerra Fernandina

Fonte: (Monteiro, 2003, p. 260, *in* Oliveira Marques, 1987, p. 521)

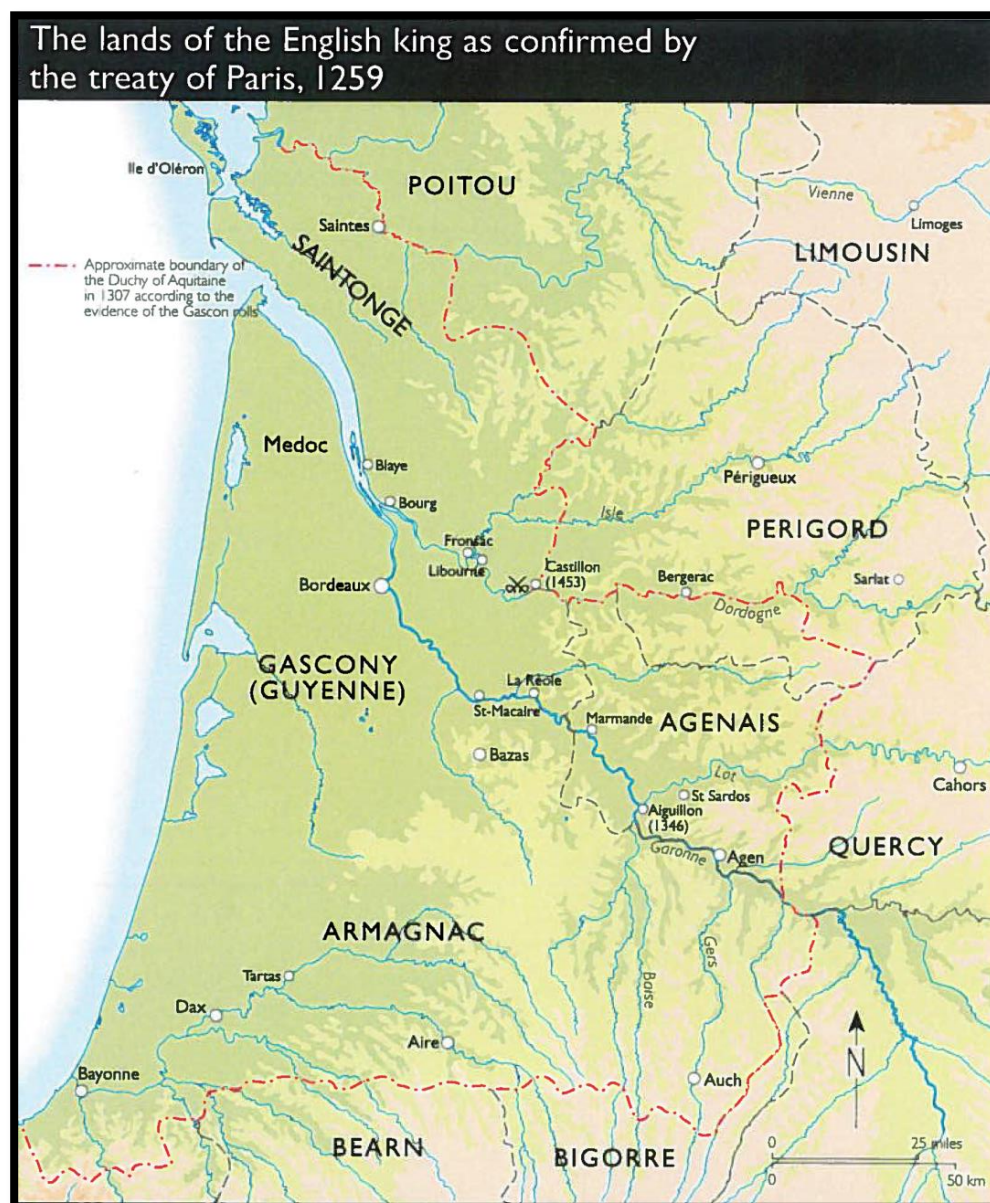


Figura n.º 4 – Os territórios Ingleses em França

Fonte: (Curry, 2002, p. 14)

Anexo B: Aljubarrota Movimentos & Campo de Batalha



Figura n.º 7 – A Guerra entre Portugal e Castela 1384-1385

Fonte: (Monteiro, 2003, p. 274, *in* Oliveira Marques, 1987, p. 531)

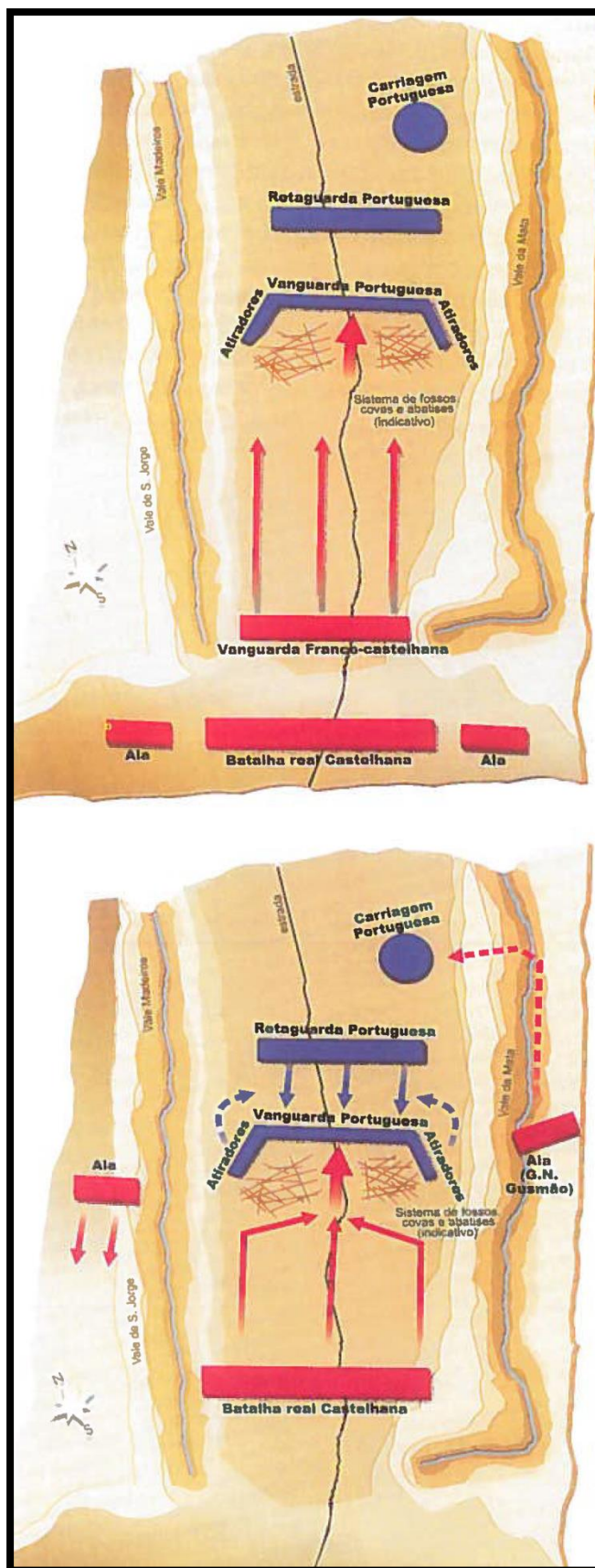


Figura n.º 8 – As fases da Batalha
 Fonte: (Monteiro, 2003, p. 102 e 110)

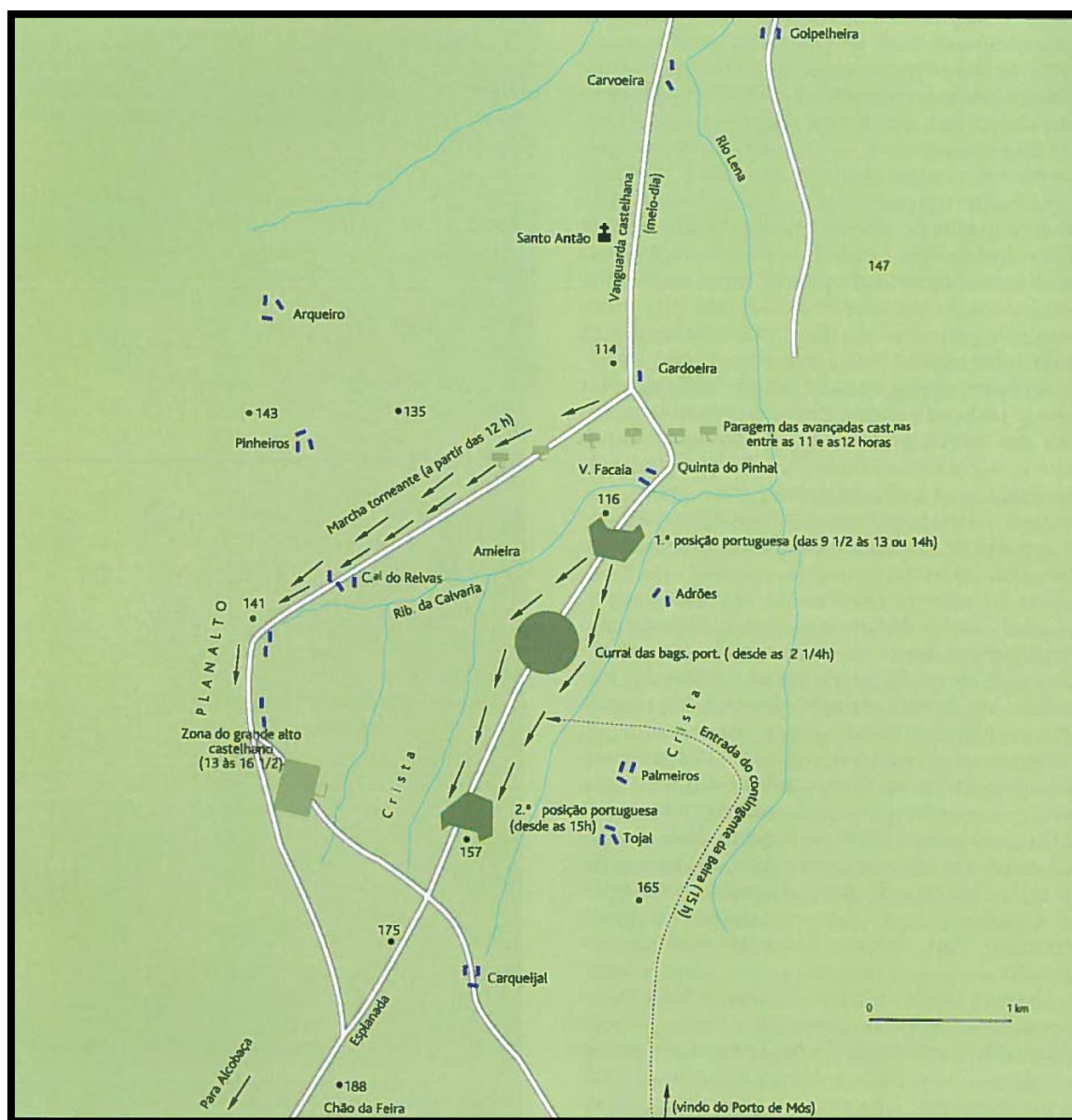


Figura n.º 9 – As Manobras preparatórias no Campo de Batalha

Fonte: (Monteiro, 2001, p. 198 in A. Costa Veiga, 1930, Esboço III, p. 74)

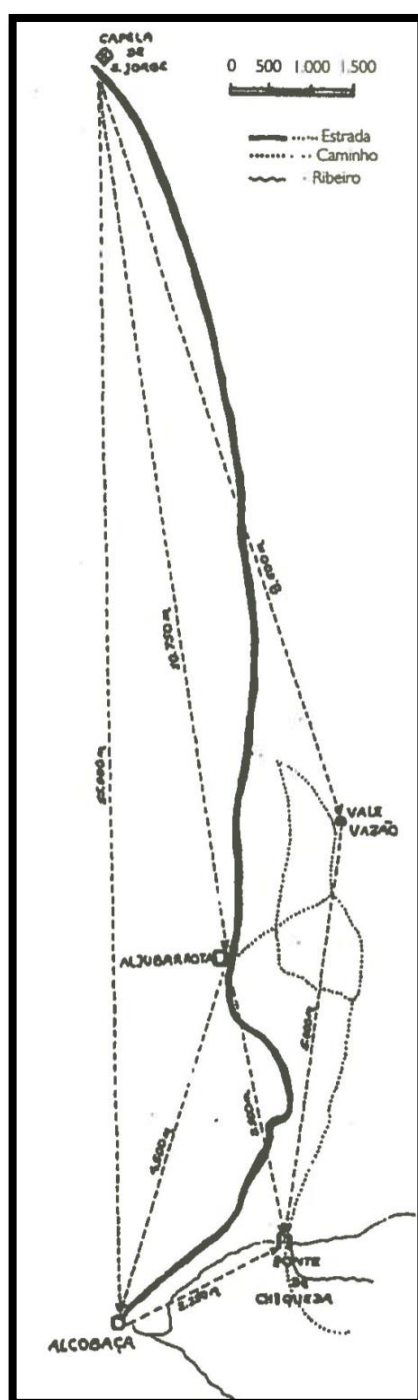


Figura n.º 10 – Mapa de Distâncias a Partir de São Jorge
 Fonte: (Monteiro, 2001, p. 265, *in* A. Paço, 1962, Fig. n.º 14)

Anexo C: Escavações de obstáculos



Figura n.º 11 – Aspeto das Escavações das Valas em Aljubarrota

Fonte: (Monteiro, 2001, p. 117)



Figura n.º 12 – Aspeto das Escavações das Covas

Fonte: (Monteiro, 2001, p. 115)

Anexo D: Equipamentos Ofensivos e Defensivos

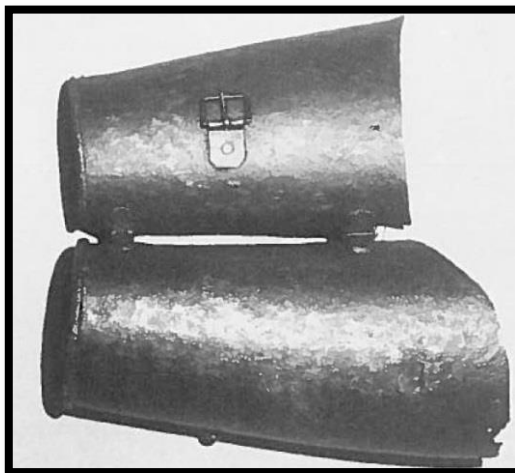


Figura n.º 13 – Braçal

Fonte: (Bartlett, 1995, p. 21)



Figura n.º 14 – Bacinete com Camail

Fonte: (Nicolle, 2012, p. 20)



Figura n.º 15 – Diferentes Armas de Haste
 Fonte: (Weapons Universe, Medieval Polearms)



Figura n.º 16 – O Arqueiro de Arco Longo
 Fonte: (Bartlett, 1995, p. 33)

Anexo E: Esquemas de Batalhas

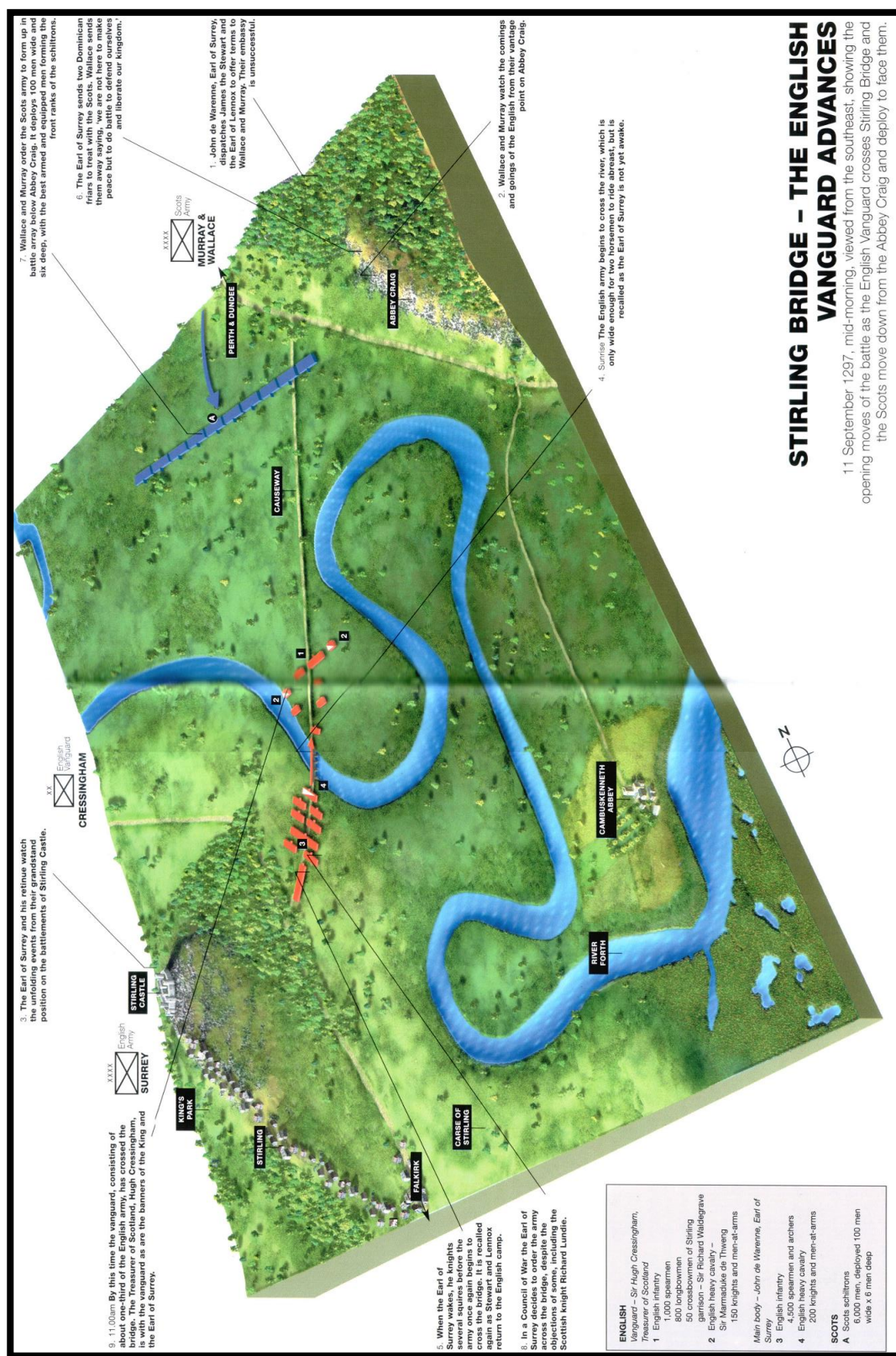


Figura n.º 17 – Stirling Bridge – O Avanço da Vanguarda Inglesa

Fonte: (Armstrong, 2003, p. 42, 43)

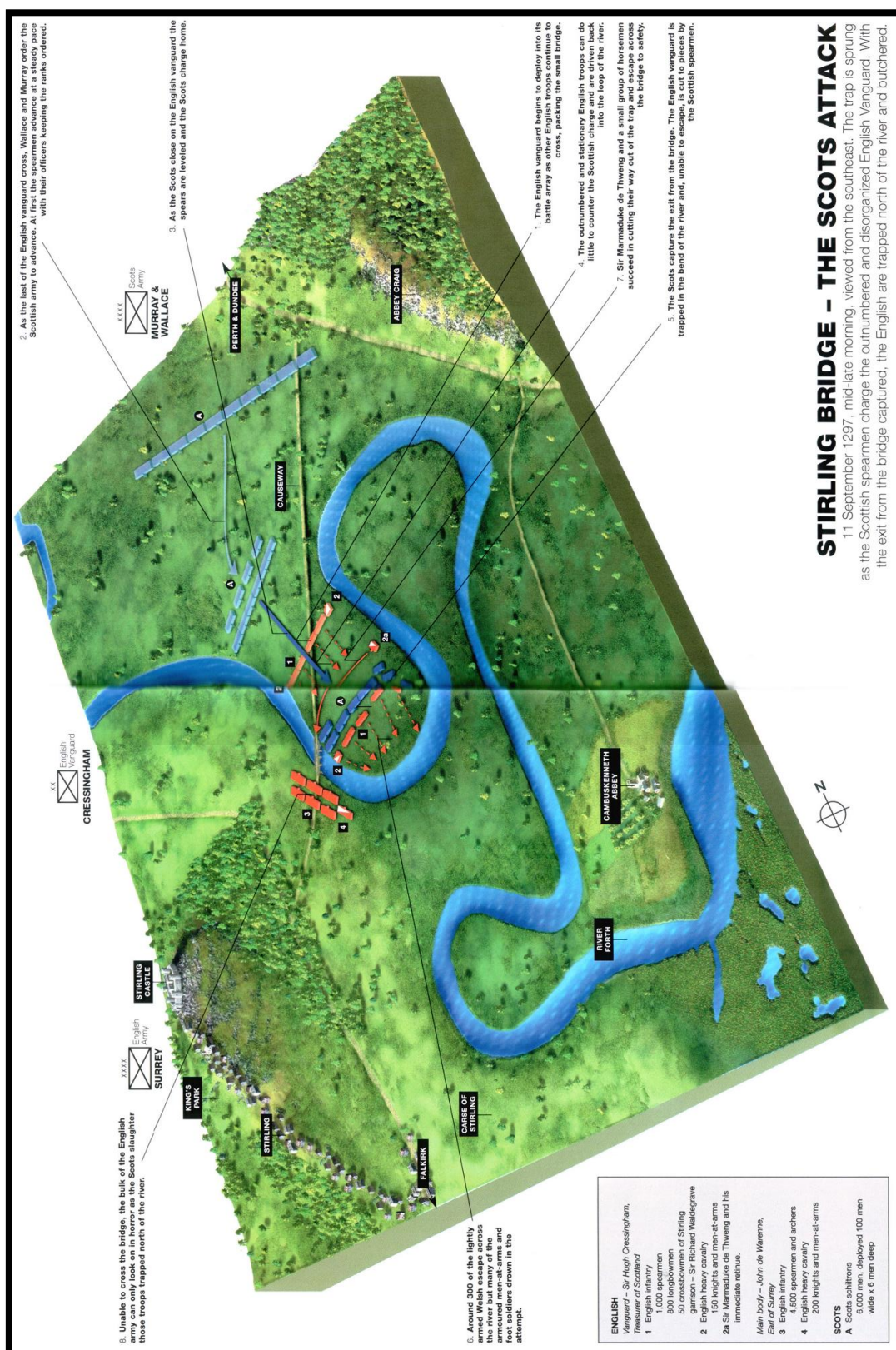


Figura n.º 18 – Stirling Bridge – O Ataque Escocês

Fonte: (Armstrong, 2003, p. 50,51)

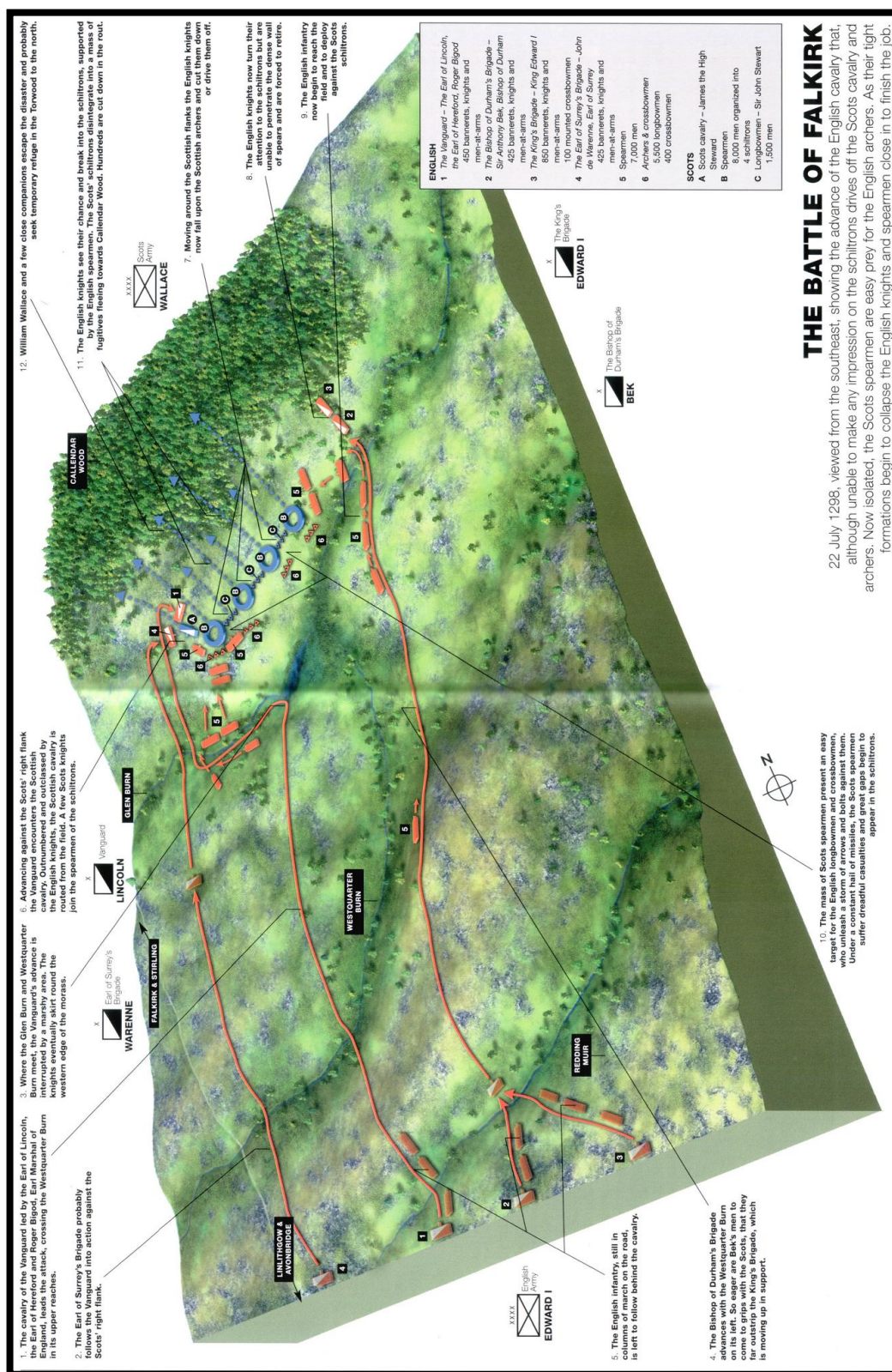


Figura n.º 19 – A Batalha de Falkirk

Fonte: (Armstrong, 2003, p. 74,75)

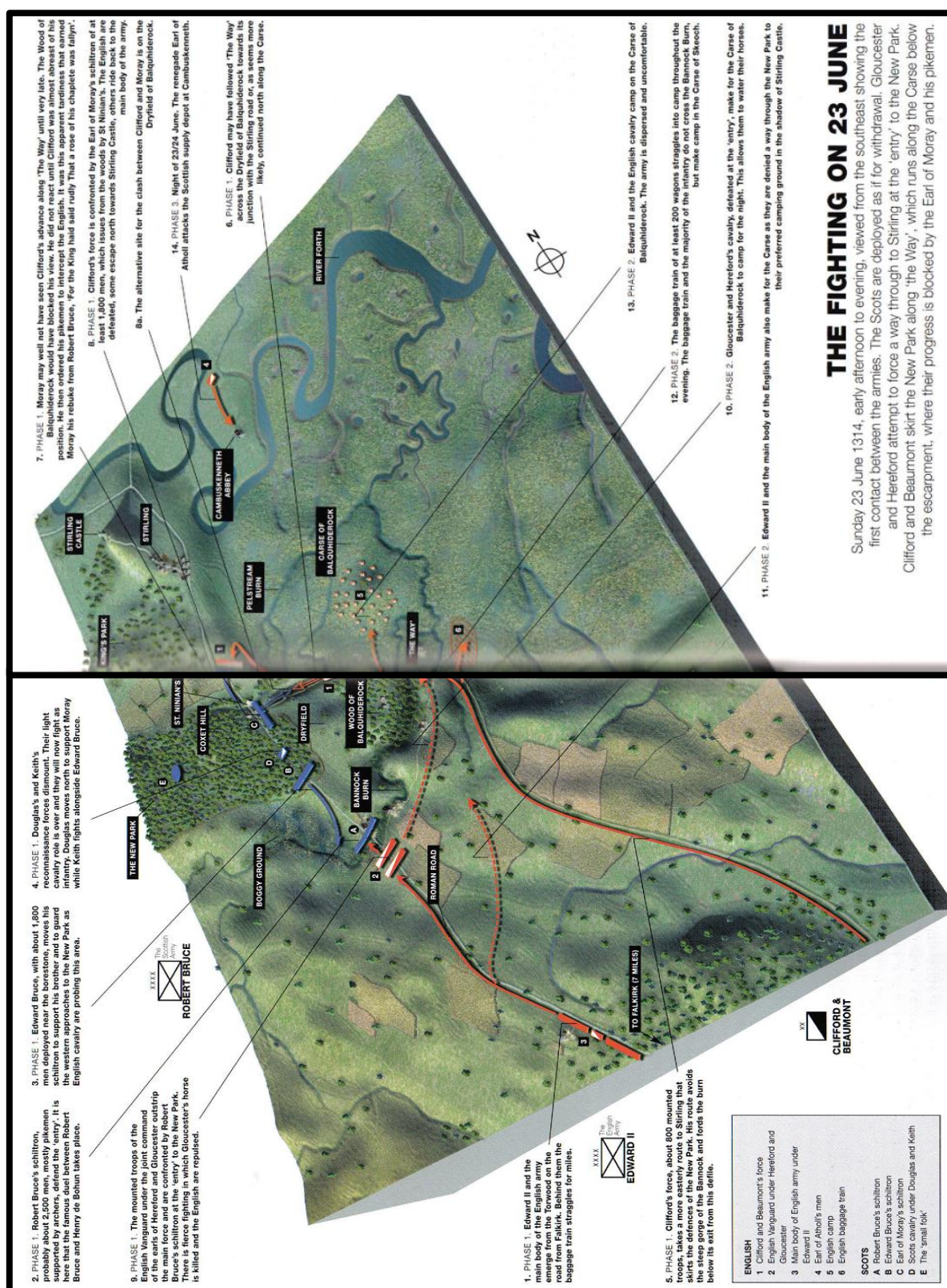


Figura n.º 20 – A Batalha de Bannockburn – Primeira Fase

Fonte: (Armstrong, 2002, p. 54,55)

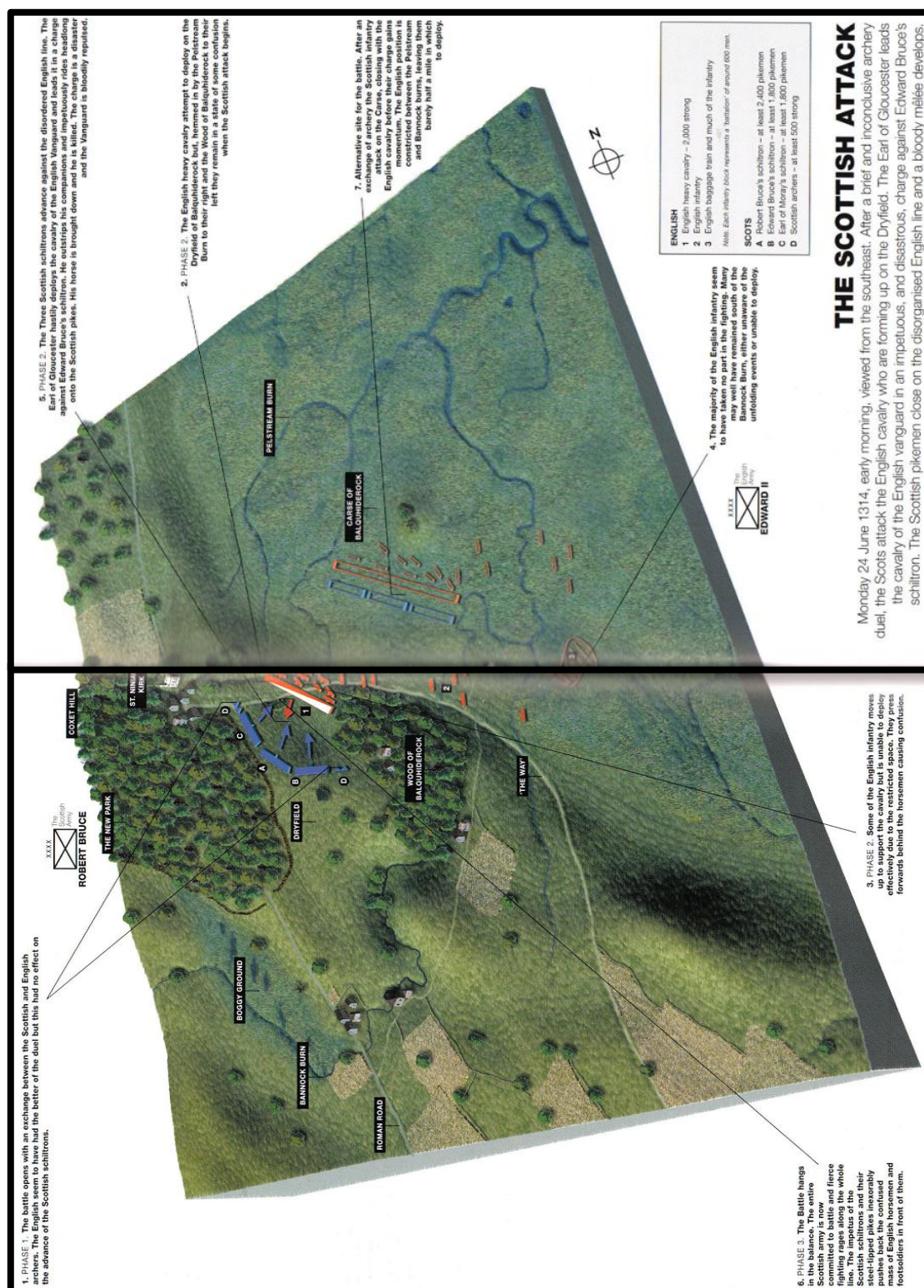


Figura n.º 21 – A Batalha de Bannockburn – O Ataque Escocês

Fonte: (Armstrong, 2002, p. 62, 63)

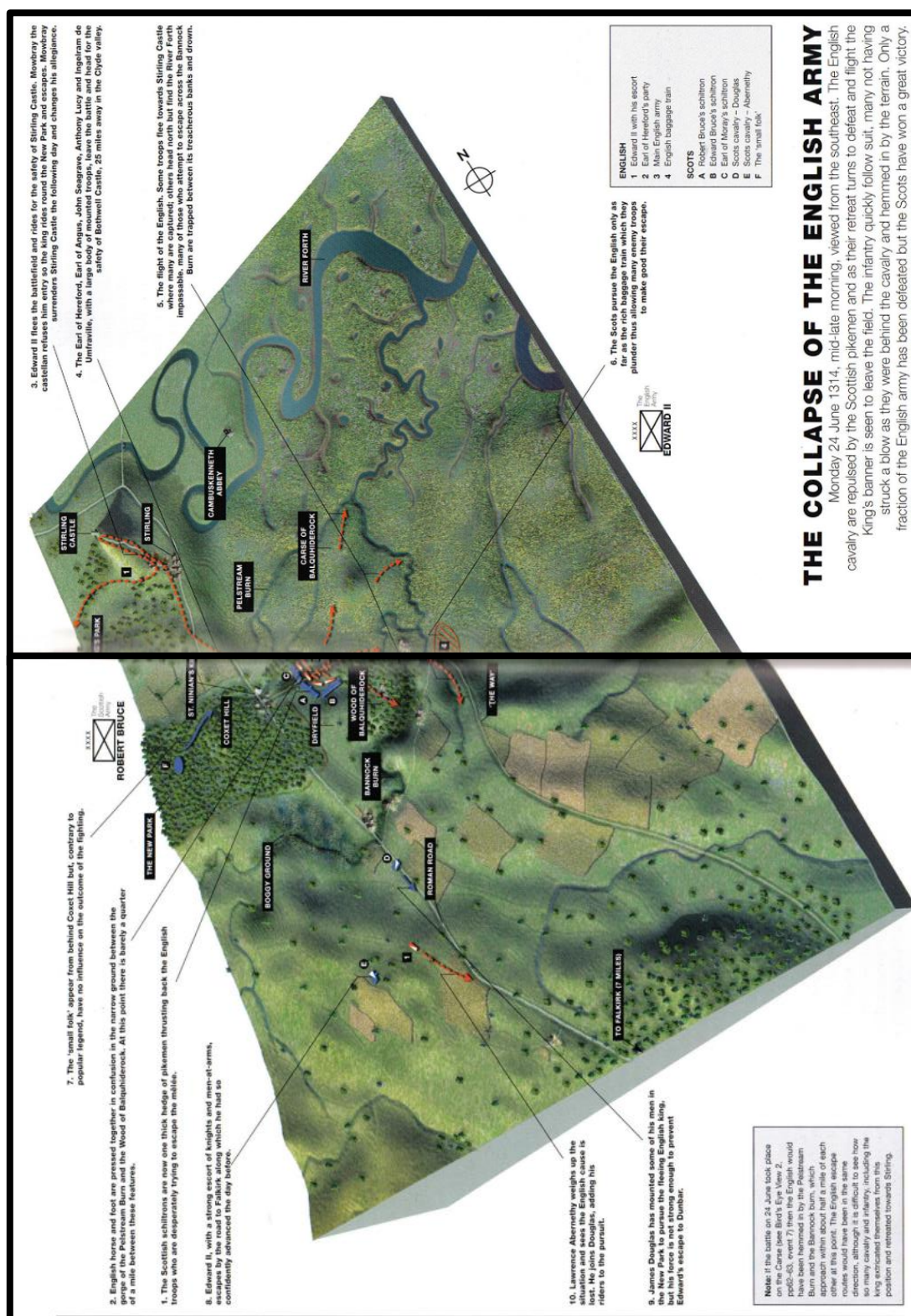


Figura n.º 22 – A Batalha de Bannockburn – O Colapso do Exército Inglês

Fonte: (Armstrong, 2002, p. 70, 71)

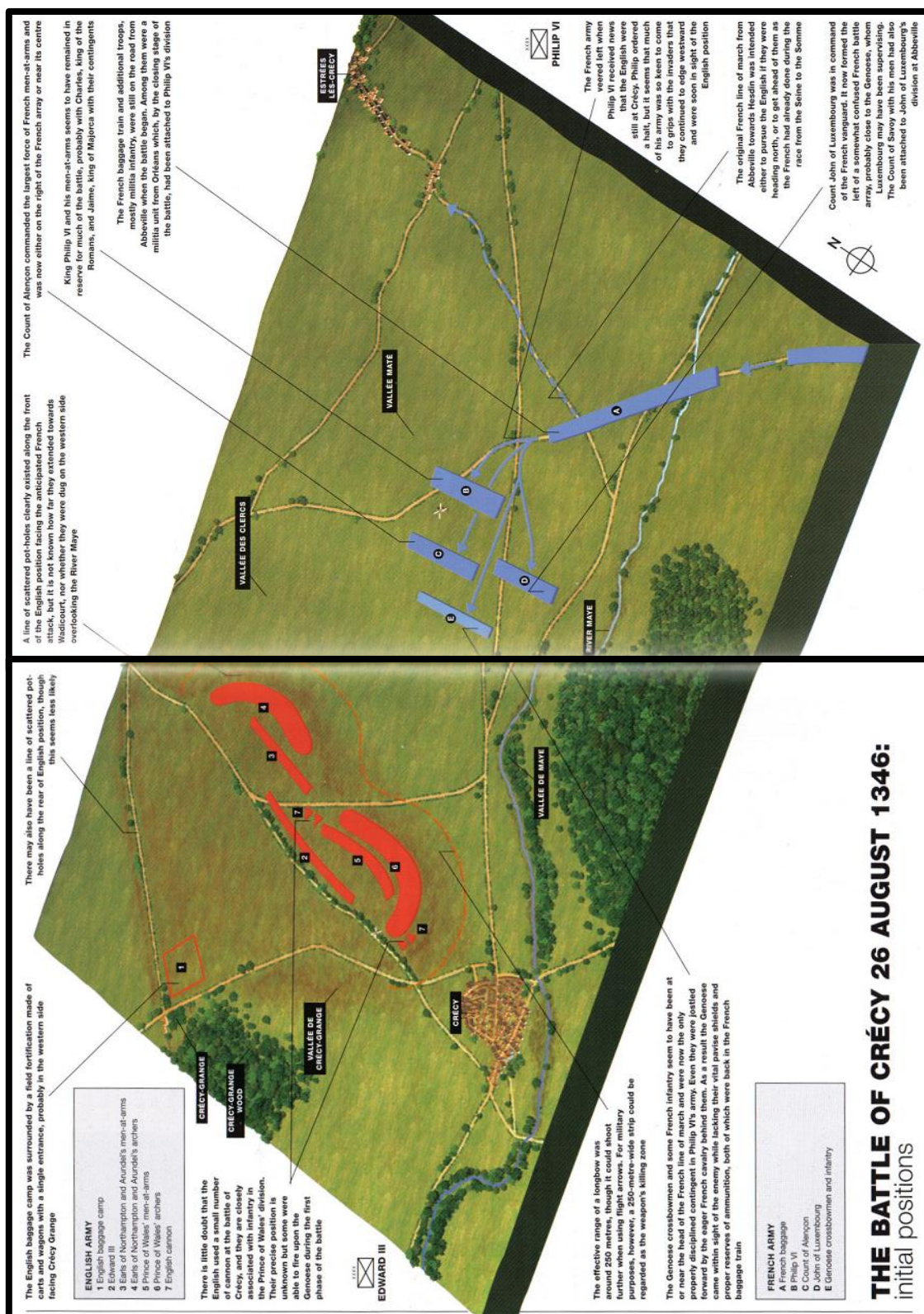
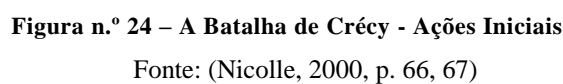


Figura n.º 23 – A Batalha Crécy –Posições Iniciais

Fonte: (Nicolle, 2000, p. 54, 55)



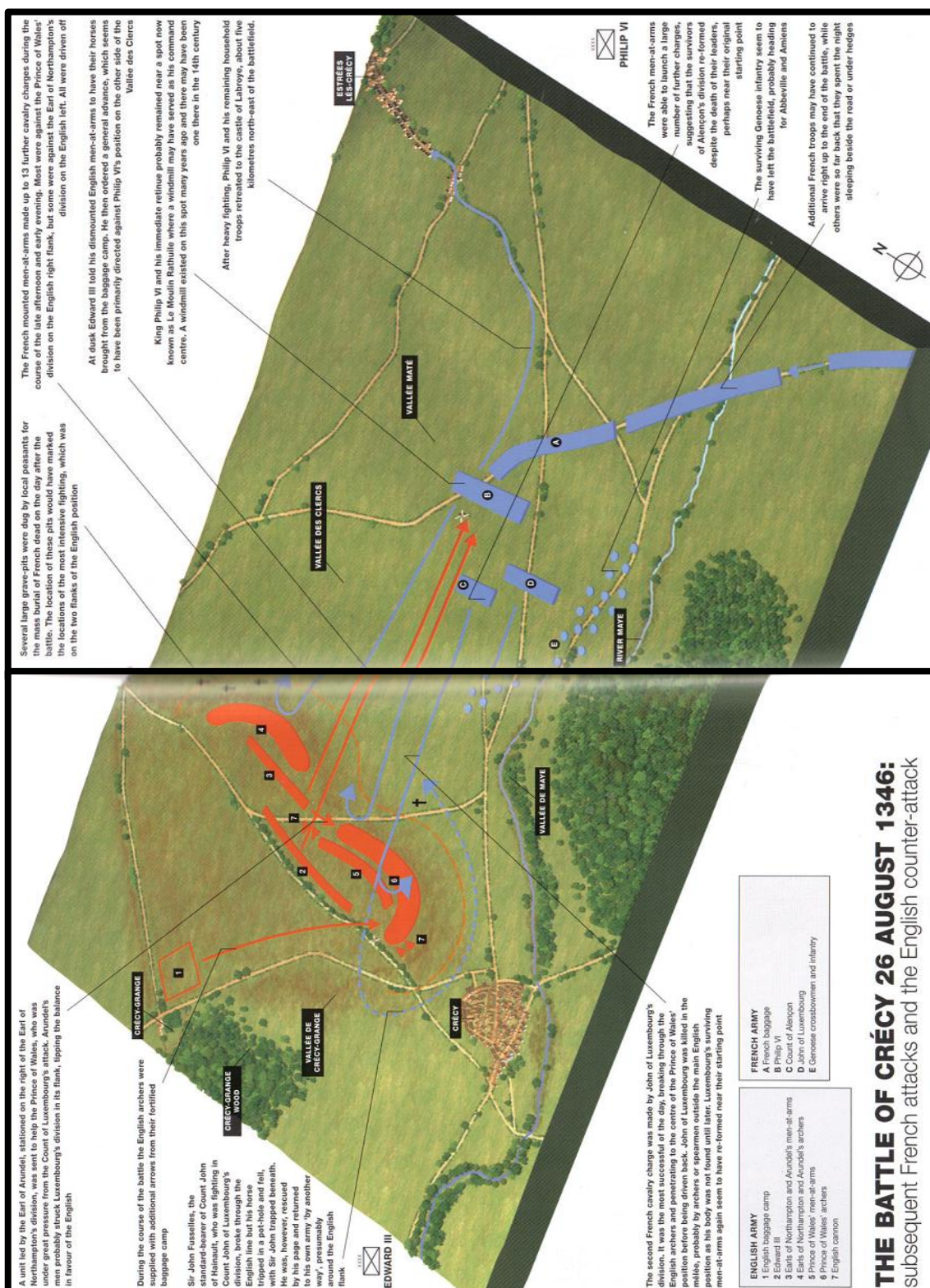


Figura n.º 25 – A Batalha de Crécy – Ataque Francês Subsequente e Contra-ataque Inglês

Fonte: (Nicolle, 2000, p. 74, 75)

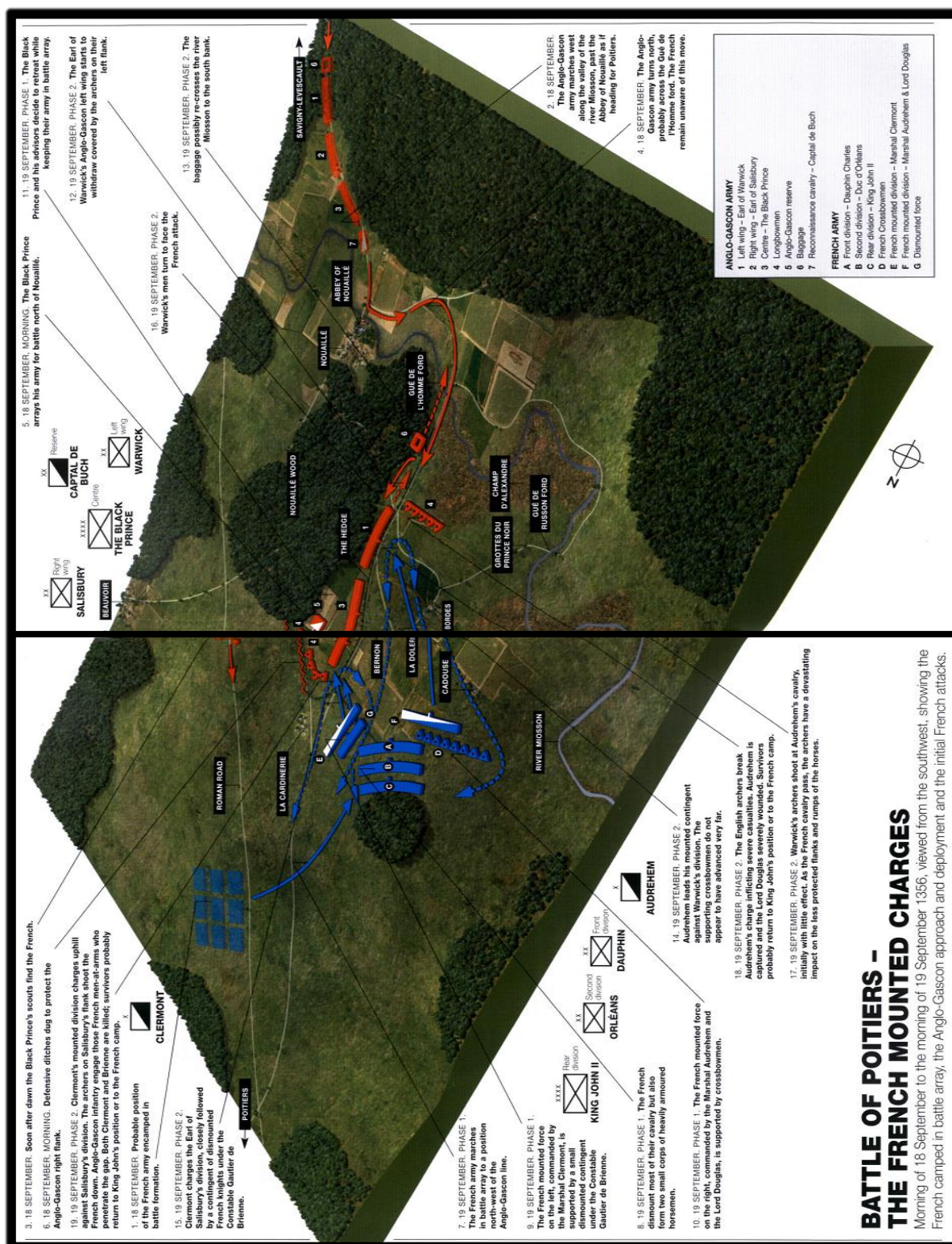
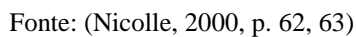


Figura n.º 26 – A Batalha de Poitiers – As Cargas Francesas

Fonte: (Nicolle, 2004, p. 54, 55)



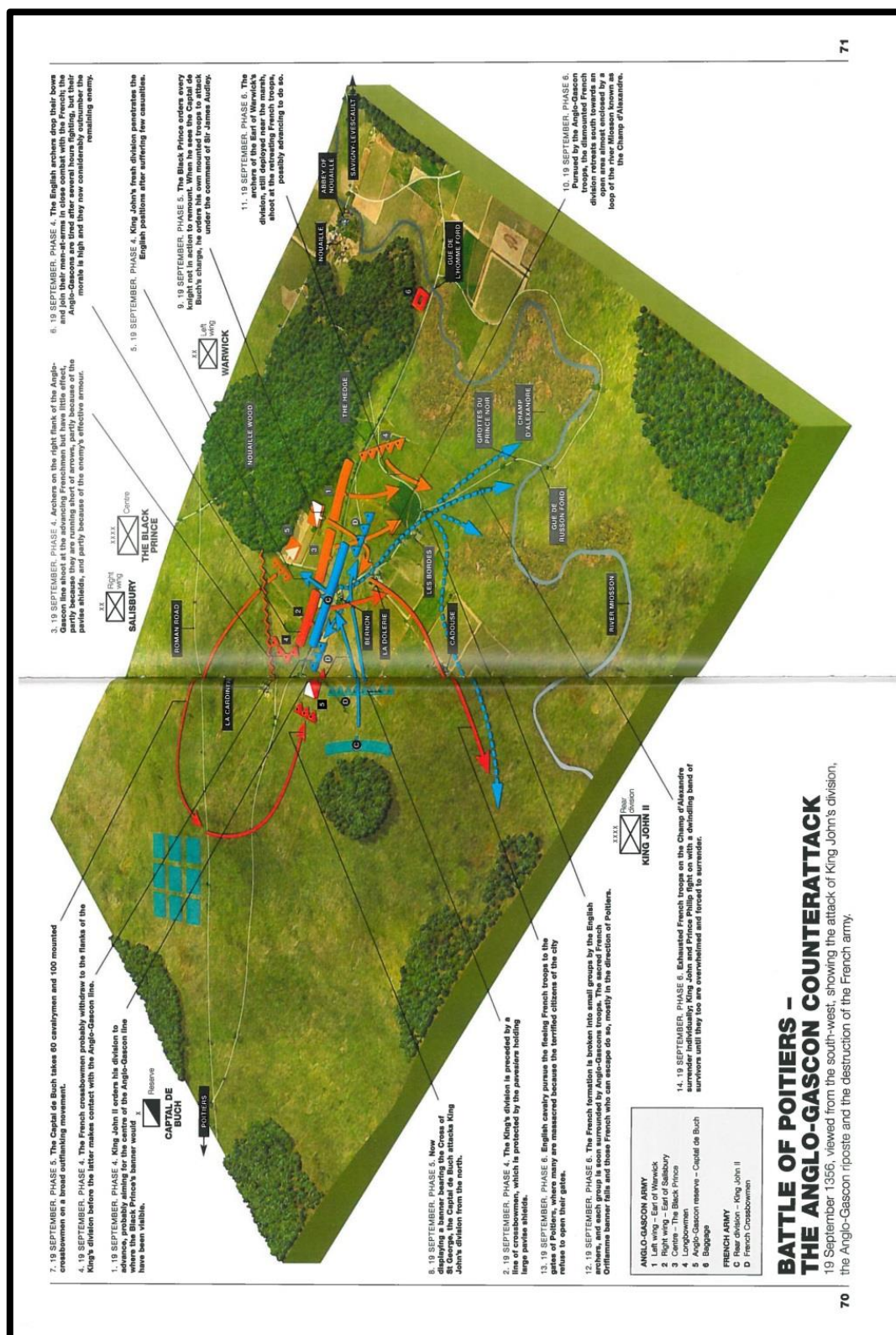


Figura n.º 28 – A Batalha de Poitiers – O Contra-ataque Inglês

Fonte: (Nicolle, 2000, p. 70, 71)

The battle of Nájera, 3 April 1367, saw a clash of different tactical traditions. King Enrique II of Castile ignored the advice of his French allies, who had experience of fighting English infantry archers, and decided to fight in open ground where his cavalry would hopefully be more effective. Adopting a position east of a small, perhaps dry streambed, Enrique II now accepted French advice and dismounted the largely French vanguard of men-at-arms led by Du Guesclin. The Anglo-Gascon army commanded by the Black Prince advanced in battle array; when they came in sight of the Castilians the Prince paused, ordered all troops except for the rearguard to dismount; and advanced against King Enrique. The latter's crossbowmen could not compete with the Anglo-Gascon archers and were driven from the field. The Castilian cavalry were similarly unable to get close enough to their enemies to use their weapons, suffered heavily from archery, and were also driven from the field, being unable to break through to support the dismounted vanguard. The Black Prince's mounted rearguard then charged around one flank, and the Castilians fled. Du Guesclin's men – surrounded, hugely outnumbered and alone – eventually surrendered.

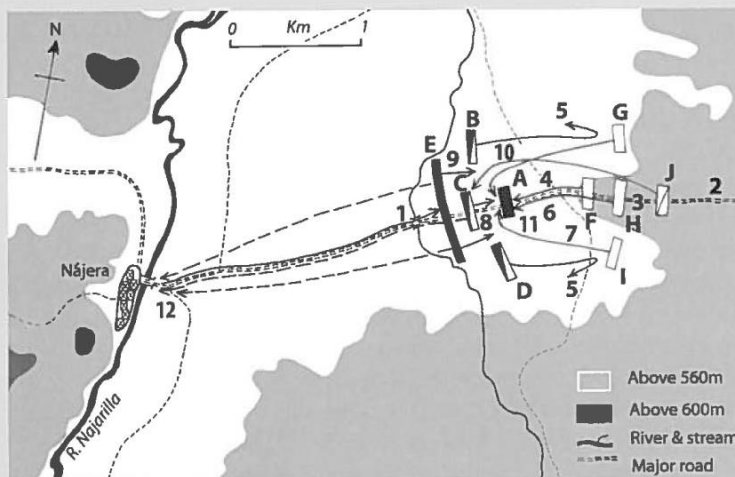
Initial dispositions:

Army of Enrique II of Castile

- (A) Vanguard under Bertrand du Guesclin – dismounted men-at-arms & crossbowmen
- (B) Left wing under Don Tello – largely light cavalry & crossbowmen
- (C) Centre under King Enrique – cavalry & crossbowmen
- (D) Right wing under Count Alfonso of Denia – cavalry & crossbowmen
- (E) Infantry rearguard

Army of Don Pedro & the Black Prince

- (F) Vanguard under Duke of Lancaster – dismounted men-at-arms flanked by archers
- (G) Right wing under the Captal de Buch – dismounted men-at-arms & archers
- (H) Centre under the Black Prince and Don Pedro – dismounted men-at-arms & archers
- (I) Left wing under Sir Thomas Percy – dismounted men-at-arms & archers
- (J) Rearguard under the King of Majorca – cavalry and archers



Movements:

- (1) King Enrique advances eastwards and deploys beyond small stream; (2) Black Prince advances in battle array, partially screened by curve of hill;
- (3) Within sight of enemy, Black Prince dismounts all troops except for rearguard, then advances. (4) English archers drive off Castilian crossbowmen. The dismounted vanguards remain locked in combat throughout the battle. (5) Enrique's left and right wings attack opposing wings, but Anglo-Gascon archers prevent them from closing, and they then withdraw; (6) Black Prince's centre joins fight against Du Guesclin's vanguard;
- (7) Anglo-Gascon wings surround Du Guesclin; (8) Enrique's centre are unable to break through to help Du Guesclin; (9) Enrique's infantry cannot respond to Black Prince's archers; (10) Anglo-Gascon rearguard attacks Enrique's troops, who break. (11) Isolated, Du Guesclin's vanguard surrenders; (12) Fleeing Castilians are trapped by narrow bridge over R. Najerilla; King Enrique escapes but many nobles are captured.

Figura n.º 29 – A Batalha de Nájera

Fonte: (Nicolle, 2012, p. 38)